

**LISTAS DOS NOVOS ÓRGÃOS NACIONAIS
DO PARTIDO SOCIALISTA** ▶ Páginas 6 e 7

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director Augusto Santos Silva Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

RENOVAÇÃO COM COESÃO



Os órgãos nacionais saídos do último Congresso reflectem a renovação e coesão em curso no PS. Renovação que se traduz na nova composição da Comissão Nacional, Comissão Política e Secretariado. E coesão, porque apesar das mudanças registadas, quer na constituição dos órgãos dirigentes quer no funcionamento interno, a unidade do PS é uma realidade. Com os novos órgãos eleitos, e os documentos aprovados no Congresso, o PS está mais preparado para trabalhar uma alternativa política credível que mereça a confiança dos portugueses nas próximas batalhas eleitorais.

▶ Página 5

FERRO APONTA CAMINHOS PARA TORNAR PORTUGAL MAIS COMPETITIVO

O problema da produtividade em Portugal não se resolve apenas com legislação laboral, mas sim com educação, qualificação, investimento em sectores modernos, tecnologia e capacidade de inovação na gestão, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no seminário organizado pelo Grupo Parlamentar do PS subordinado ao tema "Novas políticas para a competitividade". O "Acção Socialista" acompanhou o ciclo de debates em que se defendeu uma hierarquização de prioridades e uma aposta na inovação pelo crescimento.

▶ Páginas 9 a 11

CONSELHO DA IUSY

AGIR SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que "o desejo de segurança de que todos partilhemos não pode servir de pretexto para, numa escalada securitária, limitar as liberdades internas, ignorar o direito internacional e abrir novas frentes de guerra".

▶ Página 8

MANUEL DOS SANTOS APRESENTA RELATÓRIO

PACTO DEVE PÔR CRESCIMENTO À FRENTE DA ESTABILIDADE

▶ Página 15

A SEMANA REVISTA

Teve lugar a primeira reunião da Comissão Nacional, após o Congresso, onde foram eleitos os novos membros da Comissão Política e do Secretariado Nacional do partido.

Ferro Rodrigues anunciou que o Partido Socialista vai apresentar propostas alternativas ao Código do Trabalho, na sua intervenção num seminário inserido no ciclo de colóquios promovidos pelo Grupo Parlamentar na Assembleia da República sobre as questões de competitividade e produtividade.

Ferro Rodrigues, António Guterres, Mário Soares e Jamila Madeira participaram no Conselho Mundial da IUSY (União Mundial das Juventudes) que decorreu de sexta a domingo, em Carcavelos.

O secretário-geral do PS recebeu em audiência o futuro primeiro-ministro da Turquia, Reep Tayyip Erdogan.

Foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República um projecto-lei da autoria do PS sobre a responsabilidade extracontratual do Estado.

As confissões de Correia de Campos sobre as políticas de saúde são objecto do livro lançado terça-feira, pelo último ministro da Saúde do Governo socialista.

Ontem foi a vez do deputado socialista Manuel Alegre apresentar o seu livro "O Homem do País Azul", no Instituto Italiano de Cultura.

A Concelhia do PS/Lisboa, prosseguindo o ciclo de debates sobre "Políticas para a Cidade", promoveu ontem um colóquio sobre o futuro do Parque Mayer, no auditório da Assembleia da República, com a participação de Maria de Belém, Manuel Maria Carrilho, Eduardo Prado Coelho e Mega Ferreira.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ESTURRO

ANTOONIO COLAÇO



– MANELA, OU É DA MINHA VISTA OU TEMOS **PANELAS** DE GREVES À VISTA!!!

EDITORIAL

BEM HAJAM

Ao cessar as funções de director do "Acção Socialista", por as entender incompatíveis com as de director do Gabinete de Estudos, quero deixar uma palavra de apreço a todos quantos, desde Maio de 2001 até hoje, contribuíram aos mais diversos níveis para a modernização do jornal.

Ao longo destes 18 meses, foi possível criarmos um jornal diferente, com uma linha gráfica moderna e mais agradável. Um jornal com um conteúdo mais interessante e actual, aumentando o número de notícias próprias, de entrevistas e divulgando as principais actividades da grande família socialista.

Abrimos o jornal ao debate e à participação de todos, aceitando para publicação originais e fugindo à comodidade da "repetição" de artigos publicados em primeira mão noutros jornais.

Demos a conhecer militantes de base, o seu trabalho e as suas opiniões. Aumentámos a divulgação da actividade dos nossos camaradas eurodeputados, de modo a incluir os temas europeus na agenda política nacional.

Oferecemos espaço nobre ao humor como outra forma criativa de fazer política.

Quisemos contribuir para que o "Acção Socialista" não fosse um jornal dispensável e que a razão da sua existência não fosse formal e estatutária.

Sáímos com a sensação do dever cumprido e de termos prestado um contributo ao nosso PS.

Tudo isto só foi possível graças à dedicação e esforço de vários militantes (no verdadeiro sentido da palavra) que compõem uma pequena mas eficaz equipa. São eles a Mary Rodrigues, o José Carlos Castelo Branco, o Francisco Sandoval, o Pedro Silva, o Paulo Pisco e a Edite Bandos, coordenados de forma superior pelo Silvino Gomes da Silva.

A todos devo uma palavra de gratidão pela vossa abnegação e talento.

Ao Silvino, querido amigo de sempre, deixo expresso o meu reconhecimento pelo entusiasmo com que se entregou ao projecto. Sem ele não teríamos chegado tão longe.

Agradecimentos também para o António Colaço que semanalmente nos deliciou com os seus cartoons.

A todos vós desejo felicidades.

Ao "Acção Socialista" e ao seu novo director, o Augusto Santos Silva, muitos e longos êxitos.

Aos leitores, o abraço de sempre

Ao longo destes 18 meses, foi possível criarmos um jornal diferente, com uma linha gráfica moderna e mais agradável. Um jornal com um conteúdo mais interessante e actual, aumentando o número de notícias próprias, de entrevistas e divulgando as principais actividades da grande família socialista.



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

PENSÕES

GOVERNO ESQUECE MAIS UMA PROMESSA

Os aumentos dos valores das pensões anunciados para 2003 são "os mais baixos da última década", denunciou Vieira da Silva.

O secretariado nacional do PS e ex-secretário de Estado da Segurança Social criticou o Executivo por "não cumprir a promessa da convergência entre a pensão mínima e o salário mínimo nacional".

Vieira da Silva referiu também que o Governo de direita "demonstrou que não cumpre um compromisso aprovado em 2000 com a (anterior) Lei de Bases da Segurança Social" no sentido de que no próximo ano "o valor da pensão mínima tivesse um valor equivalente a 40 contos".

Já em relação à generalidade das pensões, o deputado socialista lamentou que os aumentos propostos pelo Executivo "sejam inferiores à inflação prevista para o próximo ano" e que o Governo de Durão/Portas tenha "esquecido o princípio da diferenciação positiva", segundo o qual as pensões mais baixas têm uma actualização superior às mais altas.

Ainda segundo o dirigente socialista, o Executivo, ao anunciar o valor de pensões indexadas ao salário mínimo nacional, "seguiu um processo incorrecto" e "ignorou os parceiros sociais".

"Ao anunciar o valor dessas pensões, aparentemente, o Governo já anunciou qual o valor do salário mínimo no próximo ano, mas sem dialogar com os parceiros sociais", concluiu.



CASA PIA

PS EXIGE PUNIÇÃO FIRME PARA PEDÓFILOS

A vice-presidente da bancada do PS Maria de Belém entregou ontem um requerimento sobre a suspeita de crimes de pedofilia na Casa Pia que defende a averiguação, pela Inspeção Geral dos Serviços de Justiça, da actuação da Polícia Judiciária no caso.

No documento, a deputada também requer ao Ministério da Justiça que "dê conta das diligências desenvolvidas e dos resultados obtidos no âmbito dos acontecimentos e das denúncias públicas" sobre a Casa Pia.

Falando sobre o assunto na Assembleia da República, Maria de Belém fez questão de lembrar que no passado alguém falhou, frisando que "se investigação houve, o processo correspondente desapareceu e se pessoas deveriam ter sido punidas pelos crimes cometidos, tal não aconteceu".

A ex-titular das pastas da Saúde e da Igualdade disse ao "Acção Socialista" que a sociedade em geral enfrenta uma situação "choque", fruto de uma "espécie de inversão de valores" em que em vez de se proteger as vítimas, protege-se os criminosos.

Qualificando a pedofilia como "um crime abominável", a ex-governante defendeu que os órgãos de soberania devem garantir agora a recuperação deste estado de "perplexidade" em que a sociedade portuguesa mergulhou.

Uma investigação "rápida e eficaz" é, por isso, necessária para o apuramento cabal da verdade e das responsabilidades, por forma a "punir forte e firmemente os criminosos", proteger as vítimas e salvaguardar o prestígio das instituições.

Entretanto, na sessão plenária de ontem, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de condenação "sem reservas" dos alegados actos de pedofilia praticados sobre crianças da Casa Pia, exigindo o empenhamento das autoridades judiciais no apuramento dos responsáveis pelos crimes.

No voto, o Parlamento "condena sem reservas os actos criminais que vitimaram crianças e jovens da Casa Pia e apela veementemente às autoridades judiciais competentes para que prossigam, com a máxima celeridade e empenhamento, o seu trabalho de investigação".

A Assembleia da República exige também que "sejam devidamente responsabilizados os autores e cúmplices de actos tão hediondos", mas acrescenta que "deve ser preservada a instituição Casa Pia de Lisboa, que tem uma história absolutamente modelar, sendo que a sociedade portuguesa muito deve aos casapianos".

NOVO PROJECTO DE LEI DO PS

GUERRA AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Intensificar o combate ao branqueamento de capitais, aumentando os deveres de advogados, agentes desportivos e comerciantes em casos de suspeita de dinheiro proveniente de actividades ilícitas é o objectivo central de um novo projecto de lei do PS.

Os deputados socialistas Vitalino Canas, Osvaldo Castro e Joel Hasse Ferreira garantiram, na passada sexta-feira, em conferência de Imprensa, que se o diploma for aprovado, "Portugal terá das legislações mais avançadas da Europa contra o branqueamento de capitais".

Numa época em que os resultados do sistema em vigor no País são considerados "manifestamente insuficientes", os parlamentares do PS pretendem acabar com a dispersão existente na actual legislação e transpor para o ordenamento jurídico nacional a mais recente directiva comunitária para o combate ao branqueamento de capitais.

"Apesar de um reiterado esforço de aperfeiçoamento do sistema de combate a este crime, a resposta dos sistemas penais e de investigação não é ainda satisfatória, seja em termos nacionais, seja no plano internacional, consideram os deputados que apontaram para o "alto grau de sofisticação atingido pelas organizações criminosas, a dificuldades práticas de articulação e coordenação das autoridades de investigação criminal e as entidades financeiras e não financeiras, bem como para a extensão e complexidade do quadro normativo vigente como causas deste fenómeno ilícito. Segundo na exposição de motivos do diploma a ideia central desta iniciativa socialista é "impedir o acesso aos proventos e lucros de actividades ilícitas, suprimindo assim o móbil ou incentivo principal dessas actividades e



evitando a utilização de fortunas ilicitamente acumuladas e a possibilidade de agentes criminosos invadirem, contaminarem e corromperem as organizações do Estado, as actividades comerciais e financeiras legítimas e a sociedade a todos os seus níveis".

Para que isto seja possível pretende-se, com o projecto de lei em questão, codificar e facilitar, quer o acesso quer a consulta da legislação dispersa e criar condições para desenvolver, a nível nacional, uma maior capacidade de perseguição ao crime de branqueamento, bem como o de receptação, aproveitando para transpor a directiva europeia sobre estas

matérias.

Assim, se o diploma socialista for aprovado, entre outras medidas, empresários, profissionais liberais e agentes de sociedades desportivas são obrigados a comunicar situações suspeitas de dinheiro proveniente de actividades ilícitas à entidade judiciária competente.

Segundo Vitalino Canas, os advogados e os solicitadores serão obrigados a quebrar o segredo profissional caso suspeitem de estar envolvidos em operações duvidosas de compra e venda de imóveis, de entidades comerciais, de valores mobiliários, entre outras.

O projecto de lei do PS alarga também o âmbito do crime de receptação e possibilita a punição por negligência grosseira (equivalente a um quarto da pena prevista para o caso de dolo). Neste sentido e em caso de aprovação, os funcionários das finanças que tenham conhecimento de factos suspeitos de prática de crime de branqueamento de capitais, terão de informar a entidade judiciária competente, quebrando assim o sigilo fiscal.

O diploma dos socialistas introduz ainda na legislação portuguesa deveres de prevenção e repressão, quando o destino das operações forem países ou território considerados não cooperantes no combate ao branqueamento de capitais.

Recorde-se que o crime de branqueamento de capitais, pela sua própria estrutura, implica a utilização de meios sofisticados e envolve, na maior parte dos casos, várias redes de contactos que ultrapassam as fronteiras, pelo que os deputados socialistas sublinharam a importância das relações entre os Estados e a da colaboração transfronteiriça das polícias.

O combate a esta actividade transgressora assumiu a condição de "alta prioridade" durante os XIII e XIV Governos Constitucionais, presididos por António Guterres, que empreenderam uma acção concertada e objectiva de reforço e aprofundamento dos meios de prevenção e repressão deste crime, em sincronia com o que ia acontecendo além fronteiras.

Neste contexto, lembre-se ainda, foi publicado um conjunto integrado de diplomas de relevante importância sobre a matéria e com incidências nas várias áreas em que este flagelo se faz sentir.

MARY RODRIGUES

PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO DIPLOMA

- Abandona-se o método do catálogo dos tipos criminais a que pode estar associado o crime de branqueamento, adoptando-se uma cláusula geral
- Mantendo-se o crime de receptação, alargam-se a ele algumas regras preventivas anteriormente previstas apenas para o branqueamento de capitais
- Possibilita-se a punição por branqueamento, em concurso real, do próprio autor da infracção subjacente
- Abre-se a possibilidade de punir o branqueamento quando a infracção subjacente a este não é provada ou quando se ignore o local e o seu agente
- Cria-se uma norma com um catálogo de deveres que se aplicam indiferenciadamente a entidades financeiras e a entidades não financeiras, com especificações pontuais em certos casos
- Alarga-se o núcleo de entidades vinculadas às obrigações de identificação, conservação de informação e comunicação de operações suspeitas, que passa a incluir: sociedades gestoras

de fundos de investimentos, agências de cambio, instituições de transferência ou envio de fundos, empresas de investimento, leiloeiros, consultores fiscais, advogados e solicitadores

- Cria-se o dever de , com quebra do sigilo fiscal, os funcionários que no exercício das suas funções tenham conhecimento de factos que indiquem ou fundamentem a suspeita de crime de branqueamento informarem a entidade judiciária competente
- Vincula-se as entidades financeiras e não financeiras a obter informação sobre origem e destino dos fundos, bem como sobre a justificação das operações e a identidade dos beneficiários
- Introduzem-se deveres especiais de prevenção quando o destinos das operações forem países ou territórios não cooperantes, constantes de uma lista que deverá ser permanentemente actualizada
- Alargam-se as operações a propósito das quais surgem os deveres previstos no projecto de lei, incluindo-se agora todas as operações imobiliárias bem como de compra e venda de direitos sobre desportistas profissionais



COMISSÃO NACIONAL

RENOVAÇÃO E COESÃO

“Vemos com surpresa e particular preocupação o facto de o ministro do Ambiente português e nunca ter falado com o seu homólogo espanhol a propósito do desastre ecológico provocado pelo navio ‘Prestige’”, afirmou Paulo Pedroso, no final da primeira reunião da Comissão Nacional após o último Congresso, em que foi analisada a actual situação política e eleitos os novos membros da Comissão Política e do Secretariado do partido.

O porta-voz do PS referiu, por outro lado, que a proposta de Código do Trabalho, tal como se encontra, “é inaceitável”, embora manifestando esperança “que haja melhorias significativas” no diploma.

Instado pelos jornalistas a comentar a decisão da CGTP-IN de avançar para uma greve geral no dia 10 de Dezembro, Paulo Pedroso disse compreender os motivos, mas sublinhou que o PS “não se pronuncia sobre as decisões tomadas por centrais sindicais”.

O porta-voz do PS disse ainda que com esta proposta governamental, “que continua anónima até hoje”, pode-se estar a perder “uma oportunidade de modernizar com justiça o Código do Trabalho”. Sobre a reunião da Comissão Nacional em que foram eleitos os novos membros da Comissão Política e do Secretariado, Paulo Pedroso disse que a composição dos novos órgãos reflecte a “renovação com coesão interna” do partido.

De salientar que na reunião foi eleita a Mesa da Comissão Nacional por 230 votos a favor, 13 contra, e oito brancos, num universo de 230 votantes.

A Comissão Política foi eleita pela Comissão Nacional com 173 votos a favor, 44 não, 11 brancos e dois nulos, num universo de 230 votantes.

Por salvez, a eleição do Secretariado nacional pela Comissão Política, registou 61 votos favoráveis, quatro votos contra e quatro votos brancos.

O novo Secretariado Nacional é composto por Alberto Martins, Ana Benavente, Ana Gomes, António Costa, José Sócrates, Luís Nazaré, Maria de Belém Roseira, Paulo Pedroso, Pedro Adão e Silva, Rui Cunha e Vieira da Silva.

A Comissão Política elegeu ainda os directores dos órgãos oficial e central do PS (*ver caixa*).

J. C. C. B.



“ACÇÃO SOCIALISTA” TEM NOVO DIRECTOR



Augusto Santos Silva foi eleito novo director do “Acção Socialista” na primeira reunião da Comissão Nacional, após o XIII Congresso nacional.

O ex-titular das pastas da Educação e da Cultura nos Governos do Partido Socialista foi eleito por uma larga maioria. Na mesma reunião foi também reconduzido o camarada José Leitão à frente do “Portugal Socialista”.

A redacção do “Acção Socialista” manifesta ao novo director os maiores sucessos na condução do órgão oficial do partido.



COMISSÃO NACIONAL

EFFECTIVOS

Acácio Barreiros
 Acácio Lopes
 Adriano Venceslau
 Afonso Abrantes
 Afonso Lobão
 Agostinho Santos
 Aires de Carvalho
 Aires Ferreira
 Alberto Antunes
 Alberto Costa
 Alberto Martins
 Alberto Mesquita
 Alberto Souto
 Alexandre Rosa
 Alice Martins
 Altamiro Claro
 Amélia Brito
 Ana Benavente
 Ana Catarina Mendes
 Ana Gomes
 Andreia Cardoso
 Angela Pinto Correia
 Antero Gaspar
 António Borges
 António Braga
 António Camilo Coelho
 António Campos
 António Costa
 António Galamba
 António Jorge França
 António José Seguro
 António Magalhães
 António Manuel Baptista
 António Paiva
 António Reis
 António Vitorino
 Armando França
 Armando Vara
 Artur Lopes
 Artur Penedos
 Augusto Guedes
 Augusto Santos Silva
 Barbosa Ribeiro
 Bernardo Trindade
 Berta Nunes
 Cândida Cavaleiro Madeira
 Cândido Ferreira
 Capoulas Santos
 Carla Tavares
 Carlos Candal
 Carlos Cesar
 Carlos Lage
 Carlos Teixeira
 Carlos Trindade
 Carlos Tuta
 Carlos Zorrinho
 Carolina Tito de Moraes
 Ceia da Silva
 Celeste Correia
 Correia de Campos
 Custódia Fernandes
 Delmiro Carreira
 Dias Baptista
 Domingos Bragança
 Domingos Quintas
 Duarte Santos
 Edite Estrela
 Eduarda Castro
 Eduardo Cabrita
 Eduardo Prado Coelho
 Egidia Martins
 Elisa Damião
 Ema Gonçalo
 Emanuel Jardim Fernandes
 Emanuel Martins
 Ernesto Silva
 Fátima Campos
 Fausto Correia
 Fernanda Costa
 Fernando Cerqueira
 Fernando Gomes
 Fernando Miranda
 Fernando Rodrigues
 Fernando Serrasqueiro
 Ferraz de Abreu
 Filipe Costa

Francisco Assis
 Francisco Ferreira
 Francisco George
 Francisco Leal
 Francisco Ribeiro
 Gil Romão
 Graça Peixoto
 Guilherme Pinto
 Helena Roseta
 Helena Torres Marques
 Henrique Ferreira
 Horácio Antunes
 Horácio Barra
 Idália Moniz
 Irene Lopes
 Irene Veloso
 Isabel Sena Lino
 Isabel Vigia
 Isabela Marques
 Jaime Gama
 Jaime Leandro
 Joana Lima
 João Cardoso
 João Carlos Gouveia
 João Cravinho
 João Fernandes
 João Proença
 João Rui de Almeida
 João Soares
 João Tinoco Faria
 Joaquim Barreto
 Joaquim Couto
 Joaquim Morão
 Joaquim Ramos
 Joaquim Raposo
 Joel Hasse Ferreira
 Jorge Bento
 Jorge Castro Lopes
 Jorge Coelho
 Jorge Lação
 Jorge Rosendo Gonçalves
 Jorge Strecht
 Jorge Videira
 José António
 José António Vieira da Silva
 José Apolinário
 José Contente
 José Emilio Moreira
 José Ernesto Oliveira
 José Fateixa
 José Junqueiro
 José Lamego
 José Leitão
 José Lello
 José Luís Catarino
 José Manuel Carpinteira
 José Manuel Custódio
 José Manuel Epifânio
 José Miguel Medeiros
 José Mota
 José Penedos
 José Reis
 José Ribeiro
 José Santos Botelho
 José Saraiva
 José Socrates
 José Vera Jardim
 Jovita Ladeira
 Júlio Miranda Calha
 Laurentino Dias
 Leonor Coutinho
 Luís Ameixa
 Luís Carito
 Luís Coelho
 Luís Marinho
 Luís Nazaré
 Luís Vaz
 Luís Vilar
 Luísa Mendonça
 Manuel Alegre
 Manuel dos Santos
 Manuel Machado
 Manuel Maria Carrilho
 Manuel Porfírio Vargos
 Manuel Seabra
 Manuel Travessa de Matos
 Margarida Freitas

Margarida Marques
 Margarida Ramos de Carvalho
 Maria Amélia Antunes
 Maria Antónia Almeida Santos
 Maria Carrilho
 Maria da Luz Rosinha
 Maria de Belém
 Maria de Lurdes Ruivo
 Maria do Carmo Borges
 Maria do Carmo Sequeira
 Maria do Céu Lourenço
 Maria do Céu Sousa Fernandes
 Maria Helena André
 Maria José Gonçalves
 Maria Ludovina
 Maria Santos
 Maria Teresa Alegre Portugal
 Mariana Franco
 Mário de Almeida
 Marques Júnior
 Medeiros Ferreira
 Mesquita Machado
 Miguel Coelho
 Miguel Ginestal
 Mota Andrade
 Narciso Miranda
 Nelson Baltazar
 Nelson Carvalho
 Nelson Cunha
 Nobre dos Santos
 Nuno Cardoso
 Olga Bataglia
 Olga Maia
 Oliveira e Silva
 Orlando Gaspar
 Orlando Magalhães
 Osvaldo Castro
 Paula Cristina Duarte
 Paulo Pedroso
 Pedro Adão e Silva
 Pedro Farmhouse
 Pedro Silva Pereira
 Pina Moura
 Ramos Teixeira
 Renato Sampaio
 Ricardo Bastos
 Ricardo Bexiga
 Ricardo Castanheira
 Rita Pestana
 Romana Romão
 Rosa Albernaz
 Rosa do Céu
 Rosa do Egípto
 Rosalina Martins
 Rosalina Santos
 Rui Cunha
 Rui Namorado
 Rui Oliveira e Costa
 Rui Paulo Figueiredo
 Rui Pereira
 Rui Solheiro
 Sandra Lameiras
 Sérgio Ávila
 Sérgio Sousa Pinto
 Sónia Fertzinhos
 Tito Evangelista
 Torres Couto
 Umberto Pacheco
 Vasco Cordeiro
 Vitalino Canas
 Vitor Batista
 Vitor Cunha
 Vitor Figueiredo
 Vitor Freitas
 Vitor Hugo Sequeira
 Vitor Pereira Dias
 Vitor Ramalho
 Vitor Rodrigues

SUPLENTES

Mark Kirkby
 Barbosa de Oliveira
 João Cunha
 Elisabete Azevedo
 Eduardo Chagas
 Fonseca Ferreira

Miguel Fontes
 Ana Cristina Costa
 Oscar Gaspar
 António Eusébio
 Luís Filipe Pereira
 Maria Manuela Augusto
 Miguel Cabrita
 Manuel da Luz
 Filipe Brandão
 Esmeralda Sofia
 Marcos Perestrelo
 Fernando Rocha Andrade
 Eduardo Galamba
 Maria Manuela Neto
 Rui Oliveira
 Manuel Madelino
 Pato Ribeiro
 Filipe Nunes
 Nuno Baltazar Mendes
 Luís Lopes
 Leonete Aguiar
 Carlos Marques
 Luísa Ferreira
 Diamantino Elias
 Pedro Guerra
 Francisco Rocha
 Maria Imaculada
 Domingos Paulino
 Armindo Carvalho
 Joaquim Martins
 Manuel Jerónimo
 José Campos
 Maria Emilia Infante
 António Morais
 Manuel da Silva
 Teresa Seabra
 José Abraão
 António Fonseca
 Paulo Pisco
 Pedro Ribeiro

Algarve

Fernando Anastácio
 António Murta
 Aldemira Pinho
 Paulo Neves
 Vitor Aleixo
 Joaquina Matos

Aveiro

Raúl Martins
 José Valente
 Aníbal Gouveia
 Maria de Fátima Ferreira
 Jorge Sequeira
 Humberto Rocha
 Margarida Garizo
 Jacinto Martins

Baixo Alentejo

Arlindo Costa
 Luís Barradas
 Eugénia Santana Alho
 Espada Guerreiro

Bragança

José Manuel Miranda
 Luís Filipe Fernandes
 Maria Carneiro
 Fernando José Rodrigues

Braga

Alfredo Cardoso
 Susana Martins
 Ricardo Gonçalves
 Raúl Rocha
 José Gomes
 Domingos Júlio
 Joaquim Costa
 Manuel Machado
 Isabel Coutinho
 Maria Fernanda Ribeiro

Castelo Branco

José Paulo Farinha
 Jorge Patrão
 José Pina

Coimbra
 Rui Silva
 José Girão Vitorino
 Paulo Carapuça
 João Reigota
 Horácio Pedrosa
 José Manuel Sousa Antunes
 José Alberto
 Mendes Lopes
 Fernanda Pimentel
 Eliana Cristina Pinto

Évora
 Fernanda Ramos
 Norberto Pinho
 Vitor Martelo

FAUL
 Ana Maria Couto
 Mário Lourenço
 Telma Ribeiro Leitão
 Rodrigues Soares
 Luís Filipe Pires
 Susana Amador
 José Leão
 José Rodrigues
 Natalina Moura
 António Alexandre Delgado
 Maria de Fátima Mendes Pires
 Teodora Freire
 António Barbosa de Oliveira
 José Manuel Fernandes do Couto
 Silvíno Lúcio
 Egidio Pinto Martins
 Agnelo Jesus Roneberg
 Carla Alves
 Amélia Varela
 Fernanda Freitas Dias
 Ismael Fonseca
 Fernando Martins
 Flávio Fontes
 Luís Manuel Coelho
 Maria Isabel Marta Gregório
 Manuel Aparício
 Bruno Parreira
 João Russo
 Ricardo Leitão

FRO
 Jacinto Leandro
 Casimiro Ramos

Guarda
 Esmeraldo Carvalhinho
 Cristina Moutinho
 Carlos Noutel dos Santos

Leiria
 João Paulo Pedrosa
 Telmo Carlos
 Ana Paula Noivo
 Maria Lurdes Farinha

Portalegre
 Albano Silva
 João Burrica
 João Freire
 António José D'Alte

Porto
 Mário Mourão
 Jorge Catarino
 Afonso Paixão
 Alcídia Lopes
 José Luís Carneiro
 Marcos Martins
 Joaquim Sá
 José Neves
 Castro Fernandes
 Abel Maia
 Otília Areal
 Helena Vaz
 José Tunes
 Rui Lopes
 Moreira Alves
 Osvaldo Pinho
 Rui Almeida
 Manuel António
 Nuno Peixoto
 José Neves
 Amadeu Meneses
 Joaquim Adelino Sousa
 Miguel Ângelo
 Augusto Rebelo Pinto
 Diomar Santos
 José António Tavares
 António Leite

Região Autónoma dos Açores
 Renato Leal
 Paulo Jaime
 Ricardo Silva
 Sara Vieira

Região Autónoma da Madeira
 Ricardo Freitas
 Duarte Gouveia
 Avelino Perestrelo
 Filipe Sousa
 Jaime Nunes da Silva

Santarém
 Luísa Portugal
 Armindo Bento
 Paulo Caldas
 Rui Carreteiro
 Fernanda Assesseira

Setúbal
 Pedro Marques
 Idalino José
 José Manuel Assis
 Odete Alexandre
 Jorge Mares
 Vitor Ferreira
 Arnaldo Teixeira
 Ivone Machado
 Cláudia Lousada
 Luís Gonelha

Viana do Castelo
 António Vassalo de Abreu
 António Pereira Júnior
 Ana Paula Barros
 Jorge Fão
 Fernando Cabodeira

Vila Real
 Edite Fernandes Sousa
 Manuel Figueira
 Maria Helena Rodrigues
 Alcides Amaral

Viseu
 José Pereira Pinto
 Mário Ferreira
 Carlos Diogo Pires
 Edite Poceiro
 João Lages
 Armando Guimarães
 Armando Martins
 Catarina Azevedo

COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO

EFFECTIVOS

António Ramos Preto
 Alzira Serrasqueira
 António Gameiro
 António Martinho
 António Reis
 Armando Reis
 Fernanda Campos
 Fernando Manata
 Joana Cruz
 João Santos
 João Serrano
 José Cabeças
 Paula Alves
 Roque Lino
 Vitor Neto

SUPLENTES

Rita Madeira
 Fernando Jorge Salgado
 Helder Nunes
 João Paulo Almeida
 Manuel Claro
 Telma Correia
 Vitor Pereira

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

EFFECTIVOS

Dias da Cunha
 Carlos Frazão
 Luís Pinto
 Maria do Carmo Silva
 Rodrigo Oliveira
 Teresa Heimans
 Fernando Carvalho

SUPLENTES

Jorge Cosme
 António Joaquim Ramalho
 José Manuel Andrade
 António da Silva Gomes
 Henrique Calisto

SECRETARIADO NACIONAL



EDUARDO FERRO RODRIGUES



ANA GOMES



JOSÉ SOCRATES



PAULO PEDROSO



ALBERTO MARTINS



ANTÓNIO COSTA



LUIS NAZARÉ



PEDRO ADÃO E SILVA



ANA BENAVENTE



JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA



MARIA DE BELÉM ROSEIRA



RUI CUNHA

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

EFFECTIVOS

ACÁCIO BARREIROS
ALBERTO COSTA
ALEXANDRE ROSA
ANA CATARINA MENDES
ANTÓNIO CAMPOS
ANTÓNIO GALAMBA
ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
ANTÓNIO MAGALHÃES
ANTÓNIO VITORINO
ARMANDO VARA
CAPOULAS SANTOS
CARLOS CANDAL
CARLOS LAGE
CARLOS ZORRINHO
CELESTE CORREIA
DELMIRO CARREIRA
EDITE ESTRELA
EDUARDO CABRITA
ELISA DAMIÃO
EMANUEL JARDIM FERNANDES
FAUSTO CORREIA
FERNANDO GOMES
FERNANDO SERRASQUEIRO
FRANCISCO ASSIS
HELENA ROSETA
IDÁLIA MONIZ
JAIME GAMA
JOÃO CRAVINHO
JOÃO SOARES
JOAQUIM PINA MOURA
JOAQUIM RAPOSO
JORGE COELHO
JORGE LACÃO
JOSÉ APOLINÁRIO
JOSÉ CONTENTE
JOSÉ JUNQUEIRO
JOSÉ LAMEGO

JOSÉ LELLO
JOSÉ MIGUEL MEDEIROS
JOSÉ MOTA
JOSÉ VERA JARDIM
JÚLIO MIRANDA CALHA
LAURENTINO DIAS
LEONOR COUTINHO
LUIS AMEIXA
MANUEL ALEGRE
MANUEL MARIA CARRILHO
MANUEL SEABRA
MARIA AMÉLIA ANTUNES
MARIA ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS
MARIA CARRILHO
MARIA DA LUZ ROSINHA
MARIA DO CARMO BORGES
MARIA HELENA ANDRÉ
MARIA JOSÉ GONÇALVES
MARIA SANTOS
MÁRIO DE ALMEIDA
MEDEIROS FERREIRA
MOTA ANDRADE
NARCISO MIRANDA
RUI SOLHEIRO
SÉRGIO SOUSA PINTO
VITALINO CANAS
VITOR HUGO SEQUEIRA
VITOR RAMALHO

SUPLENTES

ANTÓNIO REIS
PEDRO SILVA PEREIRA
ORLANDO GASPAR
ALBERTO ANTUNES
FERNANDO CABRAL
RUI OLIVEIRA E COSTA

LUIS CARITO
ROSA MARIA ALBERNAZ
CARLOS TRINDADE
AFONSO CANDAL
JOEL HASSE FERREIRA
PAULA CRISTINA DUARTE
VÍTOR BAPTISTA
CAROLINA TITO DE MORAIS
MARIA DO CÉU SOUSA FERNANDES
ARTUR PENEDOS
JOSÉ SARAIVA
MARIA DE LURDES RUIVO
SÓNIA FERTUZINHOS
MIGUEL GINESTAL
BARBOSA DE OLIVEIRA
GUILHERME PINTO
MARGARIDA FREITAS
SÉRGIO ÁVILA
RICARDO FREITAS
ANTÓNIO PAIVA
SANDRA LAMEIRAS
DIAS BAPTISTA
ANTERO GASPAR VIEIRA
CUSTÓDIA FERNANDES
ADRIANO VENCESLAU
JOAQUIM ROSA DO CÉU
IRENE LOPES
AFONSO LOBÃO
ALICE MARTINS
EDUARDA CASTRO
NOBRE DOS SANTOS
MARIA TERESA ALEGRE PORTUGAL
MANUEL PORFÍRIO VARGES
CARLOS TEIXEIRA
JOAQUIM COUTO
LUIS MARINHO

MESA DA COMISSÃO NACIONAL

Presidente
Almeida Santos
Vice-presidentes
Oswaldo Castro
Carolina Tito de Morais
Secretários
Carlos Tuta
Idália Moniz
Joaquim Mourão
Joaquim Barreto

MESA DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente
Almeida Santos
Vice-presidente
Jorge Coelho
Secretários
Mário de Almeida
José Vera Jardim
Maria Antónia Almeida Santos
José Lello



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL REUNIÃO

ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA

5 de Dezembro (5ª feira) às 21h

Sede Nacional do PS

Largo do Rato - Lisboa

CONSELHO DA IUSY

AGIR SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que “o desejo de segurança de que todos partilhámos não pode servir de pretexto para, numa escalada securitária, limitar as liberdades internas, ignorar o direito internacional e abrir novas frentes de guerra”.

Ferro Rodrigues falava na abertura do Conselho Mundial da União Internacional das Juventudes Socialistas (IUSY), que decorreu de sexta-feira a domingo, em Carcavelos.

“É fundamental rejeitar a tentação belicista e unilateralista tão apelativa a alguns países e a algumas forças políticas do Ocidente”, disse o secretário-geral do PS, alertando que o uso da força só terá como efeito uma “vitória simbólica” do Ocidente, “a que se seguirão trágicas perdas”.

Para o líder do PS, o terrorismo deve ser combatido “cirurgicamente” nas organizações que o sustentam e naqueles que o produzem. Ferro Rodrigues, “reafirmou a sua posição contrária à “utilização unilateral” do uso da força por parte dos Estados Unidos contra países como o Iraque, salientando que “é fundamental rejeitar a tentação belicista”. O terrorismo, adiantou, deve ser combatido “cirurgicamente” nas organizações que o sustentam e naqueles que o produzem.

Tal como Ferro Rodrigues, também o presidente da IUSY, Álvaro Elizalde, se mostrou, na abertura deste congresso, contrário a uma ofensiva militar contra o Iraque e criticou a atitude dos EUA que se querem “impor” à ONU e às leis internacionais.

Quanto à globalização, um dos temas deste congresso, Ferro Rodrigues disse que não faz sentido o PS colocar-se “pura e simplesmente contra a globalização”, dado que é “uma tendência que de algum modo é inerente ao desenvolvimento da própria organização económica” das sociedades.

Modernos mas não conformistas

“O que é necessário é perceber como podemos potenciar o lado positivo da globalização e controlar os efeitos mais nefastos da globalização tal como a conhecemos, agindo para a transformar” por que “devemos ser modernos e cosmopolitas, não proteccionistas ou imobilistas, mas também não conformistas”, disse.

A questão da globalização foi também o principal tema do discurso da secretária-geral da Juventude Socialista.

A JS não está contra a globalização, que vê como lado positivo a “convergência e desenvolvimento progressivo em áreas tão sensíveis como, por exemplo, o ambiente”, disse Jamila Madeira.

“É preciso chegar a acordos de solidariedade e respeito pelo espaço comum, para que situações



como o caso ‘Prestige’ possam ser responsabilidade de todos e não apenas dos estados que tiveram o infortúnio do acidente acontecer nas suas barbas”, afirmou.

Guterres defende fim das “off-shores”

Na sua qualidade de presidente da Internacional Socialista, António Guterres também esteve também presente no encontro do Conselho Mundial da IUSY, onde defendeu a criação de uma organização mundial do ambiente, a par do fim das “off-shores”, da reforma da ONU e do

perdão da dívida aos países mais pobres. “Demos ser claramente contara as ‘off-shores’”, sustentou António Guterres, sublinhando que estas zonas francas se transformaram “num grande factor de desregulação do mercado financeiro e das condições de segurança e paz a nível internacional”.

As “off-shores”, adiantou, “são não só uma injustiça fiscal como um meio para financiar o crime internacional”. Por isso, “é preciso criar condições para que desapareçam”, disse. Guterres reconheceu que a globalização tal como existe não funciona e que é preciso criar condições para que um mercado global coexistir

com uma sociedade solidária e justa, defendendo o equilíbrio entre as perspectivas financeira, económica, social e ambiental que, disse, actualmente estão hierarquizadas com a primeira a manter o domínio sobre as outras. Por isso, sugeriu a criação de uma organização mundial do ambiente.

Por outro lado, propôs a criação de um conselho económico e social no seio da ONU, que contribua para a melhor integração dos países menos desenvolvidos. A este propósito, defendeu o perdão da dívida dos países pobres que provem estar a lutar pela democracia, uma maior cooperação comercial com os mesmos países e a revisão das regras de apoio do FMI. No seu discurso, Guterres abordou também o conflito no Médio Oriente, considerando “totalmente inaceitável” e um “obstáculo” a acção do Governo israelita e “indesculpável” o terrorismo praticado pelos fundamentalistas palestinos.

Os caminhos da esquerda

Por sua vez, Mário Soares centrou grande parte da sua intervenção numa análise dos recentes desaires eleitorais da esquerda na Europa.

“Perdemos porque nos metemos a discutir votos, os problemas economicistas, a querermos ser melhores gestores do que os capitalistas, mas o eleitorado, que não é parvo, acabou por escolher a direita”, disse. Neste quadro, defendeu que o “caminho” dos socialistas deve estar numa “política realmente socialista” e em escolher um dos lados da barricada. “Ou se está do lado dos especuladores, ou se está do lado dos pobres, da solidariedade, da paz”, salientou.



SEMINÁRIOS DO GP/PS

FERRO APONTA CAMINHOS PARA TORNAR PORTUGAL MAIS COMPETITIVO

O problema da produtividade em Portugal não se resolve apenas com legislação laboral, mas sim com educação, qualificação, investimento em sectores modernos, tecnologia e capacidade de inovação na gestão, afirmou o secretário geral do PS, Ferro Rodrigues, no seminário organizado pelo Grupo Parlamentar do PS subordinado ao tema "Novas políticas para a competitividade". Para reforçar a competitividade global da nossa economia, Ferro Rodrigues apontou seis domínios essenciais.

O seminário, que contou também com a participação de Silva Lopes, Madureira Pinto e Monteiro Fernandes, insere-se num conjunto mais vasto de debates, o último dos quais a realizar no próximo dia 3 de Dezembro, todos eles relacionados com a competitividade. Inclui ainda visitas a empresas e culminará com umas jornadas parlamentares em 13 e 14 de Dezembro, em que as novas políticas para a competitividade serão o tema central.

O primeiro dos domínios essencial, segundo Ferro Rodrigues, é o reforço de uma componente industrial fortemente internacionalizada, considerado fundamental para o equilíbrio externo português, para a sedimentação de progressos tecnológicos e organizacionais, de forma a arrastar nesta dinâmica outros sectores de actividade económica.

O reforço da sustentabilidade de uma rede de pequenas e médias empresas é o segundo aspecto determinante, já que dele depende um verdadeiro equilíbrio e coesão territorial do país. "Existe hoje – afirma Ferro Rodrigues – um segmento que, tanto nos sectores económicos tradicionais como nas novas áreas de produção de serviços, conseguiu superar défices persistentes a nível da capacidade de diferenciar



o produto, no acréscimo da cadeia de valor, no investimento na qualidade e na gestão inovadora e qualificante dos recursos humanos".

Por outro lado, é preciso fazer mais e de forma mais acelerada no domínio da qualificação dos recursos humanos, sobretudo porque tem havido uma grande dificuldade em articular três vectores essenciais: uma entrada maior de jovens com formação de base mais avançada no universo empresarial; intensificar a ligação entre formação na ciência, na tecnologia e na gestão e o sector privado; e um investimento mais continuado e ambicioso na requalificação de gerações de portugueses que entraram na vida activa com défices de formação de base e profissional.

O quarto domínio para ganhar o desafio da competitividade passa por ter serviços públicos mais eficazes e modernos. "Serviços que

necessitam de modernização, mas também de estabilidade, que necessitam de gestão mais responsabilizada e de incentivos à sua requalificação", disse o secretário geral do PS. Em quinto lugar, Ferro Rodrigues considera que o reforço da competitividade exige "uma ruptura profunda nos modelos de diálogo e concertação social em Portugal". "Precisamos – disse – de uma nova concertação social que seja capaz de gerar modelos de modernização, com partilha de responsabilidades e investimento sério dos parceiros", a exemplo do que existe em países como a Finlândia, Irlanda e Dinamarca, ou mesmo Espanha.

"Finalmente, é necessária uma transformação modernizadora da legislação laboral", disse, mostrando-se convicto de que é possível compatibilizar direitos de cidadania e a dignidade de quem trabalha com a adaptação

das empresas às exigências resultantes do aumento da competitividade e das pressões que daí resultam.

Ferro Rodrigues criticou duramente aquilo a que chamou "uma má revisão da legislação do trabalho, sublinhando que "nada há pior para perdermos a batalha da competitividade e da produtividade do que o aumento desnecessário da conflitualidade", que tem sido o caminho seguido pelo Governo do PSD/PP.

Com acutilância, o secretário geral do PS acusou o Governo de procurar "fazer uma reforma da legislação do trabalho às escondidas, com artificios de diálogo". "Tem procurado fazer uma reforma da legislação a correr, com prazos que não se coadunam com a dimensão e as exigências da matéria em causa. E, mais grave ainda, pretende fazer uma reforma da legislação do trabalho sem explicar os seus objectivos e sem avaliar de forma rigorosa as consequências das suas propostas", acusou.

O secretário geral do PS disse estar disponível para uma discussão séria e anunciou que o grupo parlamentar apresentará um conjunto de propostas de alteração à Proposta de Lei. "A posição do PS foi sempre a da necessidade de uma sistematização de legislação laboral virada para o futuro, que se centre nas questões da competitividade e não nos equilíbrios de poder entre empregadores e trabalhadores", disse.

O PS apresentará assim propostas de inovação em domínios fundamentais para o futuro, que o Governo agora ignora, que se prendem com o direito dos trabalhadores à formação. Essas propostas pretendem criar uma lei laboral ao serviço da competitividade das empresas, mas que "não ceda um milímetro" no respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

SILVA LOPES

REVISÃO DAS LEIS LABORAIS NÃO RESOLVE COMPETITIVIDADE

O presidente do Conselho Económico e Social, Silva Lopes, considerou que a questão da competitividade da economia portuguesa passa, essencialmente, pela melhoria da capacidade de gestão e pela qualificação da mão-de-obra. Na sua opinião, a legislação laboral e as suas alterações devem ser remetidas para um plano bem mais secundário enquanto solução para a perda de competitividade que a economia nacional enfrenta. Prioritária é a organização da gestão e a qualidade dos profissionais.

O economista foi mais longe e sublinhou que "a legislação do trabalho não é hoje um factor importante de progresso da competitividade"



em Portugal, tal como a fiscalidade, embora estes sejam os dois elementos normalmente apontados como as causas do problema.

Silva Lopes mostrou-se preocupado com a evolução salarial portuguesa, essencialmente ao nível dos custos salariais. Do lado dos custos não salariais, de que as contribuições para a segurança social são um exemplo, o economista não as vê como condições negativas sobre a competitividade. Sem uma vontade de controlar a espiral inflação/aumentos salariais, o economista está certo de que o mercado de trabalho vai ajustar sozinho através do aumento do desemprego.

O responsável do CES considera, assim, que uma flexibilização do mercado de trabalho deve passar essencialmente pela "polivalência" de funções, combinada com a formação profissional, e pelo desenvolvimento da higiene e segurança no trabalho. O incentivo do trabalho em tempo parcial em regime voluntário deve também fazer parte da legislação, bem como um conjunto de preocupações de conciliação entre a vida familiar e profissional. Para Silva Lopes, muito importante também é garantir uma "aplicabilidade mais exigente" da legislação em vigor.

SEMINÁRIOS DO GP/PS

HIERARQUIZAR PRIORIDADES E INOVAR PARA CRESCER

Recuperar o atraso da sociedade portuguesa face às sociedades mais desenvolvidas da Europa é uma preocupação fundamental que tem levado o Partido Socialista a defender insistentemente uma “estratégia de modernização para o País”, onde a melhoria dos índices de competitividade e produtividade se associe ao reforço da solidariedade e da coesão nacional. Num contexto de alargamento da União Europeia e de esgotamento dos apoios estruturais para Portugal, os socialistas destacam a centralidade deste objectivo e apelam a uma abordagem “multifacetada” do problema, inserida numa dinâmica mobilizadora da sociedade portuguesa em geral.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista organizou e promoveu um ciclo de seminários para discutir e construir “Novas Políticas para a Competitividade” em diálogo aberto com diferentes agentes económicos e sociais, peritos, académicos e interessados.

A aposta nas novas tecnologias, novos mercados, investigação, formação e em novos produtos “são factores fundamentais” para melhorar a competitividade da economia portuguesa. Esta foi a ideia defendida por Maria João Rodrigues, ao falar sobre desenvolvimento da economia portuguesa.

Na qualidade de moderadora do primeiro painel do seminário “Novas Políticas para a Competitividade”, que decorreu na Assembleia da República, na manhã da passada segunda-feira, a ex-ministra do Trabalho e Qualificação do Emprego afirmou também a necessidade de “modernizar a legislação laboral”, muito embora tenha defendido que “há factores muito mais importantes do que esse” no objectivo de melhoria da competitividade e produtividade nacionais.

Para a ex-governante, Portugal continua a enfrentar o problema de “não conseguir dar prioridade a um investimento que permita uma melhoria da competitividade de forma mais rápida porque privilegia a aquisição de novas máquinas e descuidou o lançamento de novos produtos e a conquista de novos mercados”.

Por outro lado, continuou, a experiência nacional está a demonstrar que para que os novos factores



competitivos sejam criados “é preciso haver outra colaboração entre empresas, universidades, centros tecnológicos e toda a rede de formação”, porque o País necessita de ter “mais gente qualificada e mais adaptada às necessidades das empresas e também precisa de inovar em tecnologias de produção e em produtos”.

A ex-ministra moderou um painel que contou também com a participação dos professores universitários António Castro Guerra, Mira Godinho e Alberto de Castro.

Para Castro Guerra, a elevação do potencial económico de Portugal está associada à criação de condições para melhorar vários factores, entre os quais se destacam a eficiência e qualidade produtiva dos bens do Estado, bem

como do sector privado, a inovação, a “clarificação do papel das empresas e dos portugueses na construção do nosso futuro colectivo”, sem deixar de atender a uma criteriosa e rigorosa definição de prioridades no que respeita à tipologia dos investimentos.

Numa associação determinante entre bem-estar das populações e eficiência económica, Mira Godinho centrou a sua intervenção no alerta da necessidade de interpretar “com algum cuidado” as estatísticas referentes à aos níveis de produtividade, porque, explicou, “há nelas muita artificialidade”.

Ao falar sobre as determinantes da produtividade a um nível micro-empresarial, o docente universitário sublinhou a crucialidade de uma

aposta na inovação tecnológica e nas actividades de investigação, ressaltando que “seria melhor que tal investimento fosse feito pelos empresários, em vez do Estado”.

A intervenção de Alberto Castro reforçou a ideia de uma “desadequação patente da competência laboral portuguesa face às exigências de produtividade”, declarando-se partidário de uma “associação empresarial que propicie a concretização de uma estratégia para o sector empresarial” em prol de uma “dinamização de valores”.

O académico considera que a aposta na imagem económica de Portugal deve ser feita, não tanto nos bens industriais, mas nos de consumo, “capitalizando naquilo que há de bom e na reputação de Portugal lá fora”, e sem descuidar a procura de uma cada vez maior rentabilização dos escassos recursos nacionais.

Articular Estado, sociedade civil e mercado

Uma reflexão sobre como reformar a Administração Pública e o Sistema de Justiça foi o convite feito pelo moderador António Correia de Campos às oradoras do painel da tarde de segunda-feira, as professoras universitárias Arminda Neves, Maria Manuel Leitão Marques e Célia Costa Cabral.

Antes de passar a palavra à primeira das três convidadas, Correia de Campos defendeu a necessidade de “afastar o denegrimiento da Administração Pública”, recordando que vivemos num contexto social em que o nível de exigência das populações aumentou, fruto da disponibilidade de mais informação e do



aparecimento de novas necessidades. "O Estado não está preparado para prestar certos serviços", considerou, defendendo uma Administração Pública reguladora que contrate "agentes com outra agilidade de intervenção". Falando sobre o que chamou "governância", António Correia de Campos referiu-se à urgência de promover uma "nova realidade de interação" entre Estado, sociedade civil e mercado. O problema da baixa produtividade da Administração Pública foi abordado por Arminda

em nome da efectivação dos direitos. A encerrar os trabalhos da tarde de segunda-feira, a professora Célia Costa Cabral fez a análise dos resultados de um estudo em que o sector empresarial é confrontado com o melhor ou pior desempenho da justiça. "O mau funcionamento do sistema judicial influencia negativamente a economia e distorce as decisões empresariais", afirmou, para concluir que "a justiça é um sector de particular relevância para a correcta afectação dos recursos, a

dos centros de decisão dos mercados, quando hoje é mais determinante a formação, a capacidade dos trabalhadores em se adaptarem a novas tarefas e, fundamentalmente, a capacidade do país para inovar e usar a inovação dos outros", frisou. O ex-governante, sustentou também que o "grande desafio" para Portugal "é saber como captar novos ciclos produtivos de bens transaccionáveis que possam ser colocados em mercados exigentes e com valor acrescentado

portuguesa. Numa intervenção mais virada para o interior do PS, Fernando Freire de Sousa, definiu como prioridade a definição de competências do Estado e das empresas e a convergência de projectos para aumentar a competitividade. Já o economista José Amaral preferiu por a tônica na necessidade de um investimento em recursos humanos, infra-estruturas, na inovação e nas políticas estratégicas para o território. Depois de defender que a "boa gestão não cabe ao Estado", Amaral aconselhou a governação a implementar "políticas que não obstaculizem o progresso e que apoiem a educação e a criação de equipamentos estruturais", e a não esquecer que "é preciso evitar que a convergência nominal impeça ou atrase a convergência real de Portugal com a União Europeia".

Inovação como motor de competitividade

"Qualificações, Iniciativa e Capacidade Inovadora" foi o tema de debate no painel moderado por Mariano Gago e que contou com a participação de Manuel Valsassina Heitor (professor universitário), Lino Fernandes (economista) e Maria Teresa Ambrósio (docente universitária).

Considerando a inovação como "o modo como as empresas e os empreendedores criam valor explorando a mudança" Valsassina Heitor explicou que "a dinâmica da inovação é essencial para promover o crescimento", sendo que o sucesso dessa mesma inovação "depende do êxito das redes de aprendizagem".

"Inovar é mover-se domínio da incerteza de forma a gerir proveitosamente os riscos", sustentou Valsassina, para quem é evidente a necessidade de se investir numa base científica, fomentando a capacidade de aprender a lidar com novas realidades, conhecimentos e tecnologias, bem como incentivar a capacidade de empreendimento.

E porque, afirmou, "o conceito da indústria não inclui apenas a produção, mas também o capital humano e a sua aptidão para a aprendizagem e para a inovação", é necessário "integrar políticas e diversificar acções".

A ideia de que é urgente "criar uma envolvente política favorável à mudança de estratégia empresarial com base na inovação" foi também sublinhada por Lino Fernandes, para quem "é evidente que, nos últimos 20 anos, a sociedade portuguesa foi conquistada para o esforço da educação, mas não ainda para a ciência e a tecnologia".

Alertando para o facto de a batalha não estar ganha, o economista teceu considerações sobre a importância de "manter a continuidade das políticas" na área científica e tecnológica, manifestando-se preocupado com a forma como elas vão ser executadas, com quem as vai executar e mesmo com quem vai avaliar os resultados".

Maria Teresa Ambrósio questionou-se sobre o tipo de saber e de competências que devem ser ministradas aos recursos humanos por forma a concretizar a aposta na formação de quadros, lembrando ainda que "as pessoas não devem ser encaradas como meros recursos humanos necessários para o acréscimo de competitividade".

Neste sentido, disse, "as políticas devem capazes de sensibilizar as pessoas para a sua própria formação profissional e os conhecimentos "devem ser cada vez mais operativos".

MARY RODRIGUES



Neves, que apontou para a desadequação de alguma legislação, para as deficiências de gestão e de liderança como causas deste estado de coisas, recordando o carácter urgente de reformas baseadas na inovação e na correcta avaliação da "pertinência da acção", ou seja, "é preciso saber escolher e hierarquizar prioridades".

Deixando para trás a visão sectorial baseada em ministérios, para a docente universitária é necessário "dar o salto para uma intervenção articulada", com contratualização de planos e orçamentos, com contabilidade, com a obrigatoriedade de uma responsabilização dos dirigentes e com a motivação dos funcionários públicos.

Por seu turno, Maria Manuel Leitão Marques considerou chegada a altura de "enterrar os dogmas neo-liberais" e manifestou-se favorável à "redescoberta de novos caminhos para a reforma do sistema judicial, atendendo ao seu impacto na produtividade e na competitividade nacionais.

Explicando que para reformar é preciso "fundamentar, estudar impactos, experimentar, fazer o caminho por etapas e avaliar resultados", Leitão Marques apelou à preservação da reputação das instituições e sustentou que a nova metodologia do sistema judicial passa mais por uma mudança ao nível dos comportamentos, e menos por uma reforma de estruturas.

Numa associação de ideias, a académica considerou que a justiça é um sector de significativa importância para o desempenho nacional ao nível da produtividade e competitividade. Mas, ressaltou, "uma reforma do sistema judicial não determina por si só maior eficiência económica", pelo que "deve ser feita

especialização, a exploração das economias de escala e a utilização do capital disponível".

Aposta na formação e no conhecimento

Na manhã de terça-feira, os professores Fernando Pacheco e Fernando Freire de Sousa, bem como o economista José Amaral foram convidados a discorrer sobre "Gestão e Inovação Empresarial como Factor de Produtividade".

O ex-ministro socialista da economia Luís Braga da Cruz, no seu papel de moderador, abriu o debate declarando que o aumento da produtividade em Portugal passa pela aposta na formação de quadros, na sua capacidade de adaptação a novas tarefas e na capacidade do País em utilizar a inovação.

"A tendência em Portugal é olhar apenas para as infra-estruturas e para a sua situação geográfica, com o lamento de estarmos longe

localmente".

Braga da Cruz considera o desafio "possível" desde que sejam conjugados dois factores "muito simples". Desde logo, devem ser os empresários a definir as respectivas estratégias, reservando-se para o Estado o papel de agir como promotor e orientador de algumas novas tendências através de políticas públicas".

O ex-titular da pasta da economia recordou, a propósito, que, por força das directivas comunitárias, Portugal tem até 2010 para estabelecer uma capacidade de 39 por cento da produção de energia nas energias renováveis, um "processo que pode ser efectuado com o tecido empresarial português através, por exemplo, da transferência de tecnologia".

Por seu turno, Fernando Pacheco defendeu a importância da inovação em produtos e tecnologia, para além da formação dos trabalhadores como factores fundamentais para aumentar a competitividade da economia

PS CONSULTA EX-CONSELHEIRO DE CLINTON

Na abertura oficial do ciclo de conferências sobre "Novas Políticas para a Competitividade", o líder parlamentar do PS anunciou que o partido vai ouvir, sobre esta matéria, o conselheiro do ex-presidente Bill Clinton, Robert Reich, na segunda quinzena de Janeiro, num seminário que coincidirá com a discussão da revisão do Código de Trabalho no Parlamento.

As conferências serão depois concluídas a 13 e 14 de Dezembro, com as Jornadas Parlamentares do PS em Aveiro, onde os socialistas deverão avançar com uma proposta de Código de Trabalho alternativa à do Governo.

Na sua breve intervenção, António Costa sublinhou a necessidade de o PS entrar "num novo ciclo", questionando-se sobre as políticas que tem defendido, para depois "apresentar uma alternativa de Governo".

M.R.

LISBOA EM DEBATE

DOTAR A CAPITAL DE UM PLANO ESTRATÉGICO

Dotar a capital de um plano estratégico onde a qualidade de vida e a coesão social sejam as pedras de toque foram as principais ideias deixadas no debate sobre "Políticas e Sustentabilidade para a Cidade de Lisboa", que contou com a participação de Elisa Ferreira, Vasco Franco e Aníbal Lamy. Promovido pela Concelhia de Lisboa, o debate teve como moderador o camarada Miguel Coelho.

Elisa Ferreira centrou a sua intervenção no papel das cidades no espaço europeu, tendo começado por abordar a situação de Portugal no quadro da União Europeia (UE), para a propósito sublinhar que o nosso país "tem vindo a fazer uma convergência real, ao ponto de neste momento ter um rendimento que é cerca de 70 por cento da média europeia".

No entanto, alertou, com o alargamento a Leste no horizonte, "não se vislumbra uma estratégia de Portugal de médio e longo prazo face à UE". Para a ex-ministra do Planeamento, que considerou "absurdo" a perda de fundos comunitários, em nome de um combate cego ao défice, Portugal deve apostar nas áreas dos transportes, comunicação e ambiente, bem como em recursos humanos qualificados e em know-how, ou seja, na capacidade de inovar, na capacidade científica.

Neste quadro, considerou que "é absolutamente necessário o papel das cidades como pólos estratégicos de difusão de conhecimento e 'know-how'".

Elisa Ferreira salientou ainda que esses pólos estratégicos "passam por uma leitura da cidade como concentração de saber e inovação".

Referindo ser necessário "valorizar as cidades intermédias sem problemas de congestionamento", a deputada do Grupo parlamentar do PS defendeu que é preciso impedir que "a cidade não se desenvolva por ela, sem qualquer plano estratégico".

Elisa Ferreira sublinhou ainda que "para as zonas envolventes das cidades estão a deslocar-se as sedes de médias e grandes empresas, esvaziando-as".

Aníbal Lamy, outro dos intervenientes no debate, foi particularmente crítico do modelo de desenvolvimento de Lisboa, que classificou de "caótico", o que teve como consequência a migração para fora da cidade dos mais jovens e o consequente envelhecimento da população. "Lisboa é essencialmente uma cidade de serviços, que foi perdendo habitantes do centro para a periferia", disse.

Para Lamy, a capital "terá de pensar uma estratégia para dar conforto e qualidade de vida aos habitantes", o que passa, entre outros



aspectos, defendeu, "por uma visão integrada de desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa".

Salientando que "a economia social deve ter um papel decisivo em Lisboa devido ao envelhecimento da população", Lamy defendeu que a cidade "tem de ser repensada".

O coordenador da recém-criada Secção de

Desenvolvimento Sustentável criticou ainda o sistema de transportes públicos, "onde cada empresa trabalha por si", o que origina, entre outros factores negativos, "que as pessoas têm em trajectos curtos de apanhar na maior parte dos casos dois transportes".

Por isso, disse, "é fundamental uma gestão integrada dos transportes públicos".

Apesar da sua intervenção crítica, Aníbal Lamy fez questão de sublinhar que "os socialistas devem ter orgulho da sua obra na cidade de Lisboa ao longo dos últimos 12 anos".

Vasco Franco, que também esteve presente no debate, afirmou que "as cidades urbanas têm um problema comum que é a escolha entre coesão social ou desagregação social".

Para garantir a coesão social ou sustentabilidade social, o vereador da Câmara Municipal de Lisboa defendeu uma aposta na habitação, "garantindo condições minimamente razoáveis de habitabilidade", na educação, "de forma a que cada indivíduo possa contribuir para o desenvolvimento", e na capacitação para o trabalho, "combatendo o insucesso escolar".

Vasco Franco sublinhou que Lisboa "teve um momento alto de afirmação que começou em 1989 e manteve-se até 1994 - o plano estratégico para a cidade".

Respondendo a algumas críticas formuladas por Aníbal Lamy, Vasco Franco referiu que a coligação de esquerda que governou a cidade teve como um dos seus principais objectivos "quebrar o sentido de dormitório de algumas zonas da cidade".

"A Câmara desfez o conjunto de ilhas que era Chelas nos anos 80", bem como "reviu o plano do Alto do Lumiar, que no projecto dos anos 80 era um dormitório, sem infra-estruturas de lazer e comércio".



J. C. CASTELO BRANCO

ARMINDA PRÓSPERO

UMA SOCIALISTA DE ALMA E CORAÇÃO

“Uma socialista de alma e coração”, é como gosta de se classificar a militante desta semana do “Acção Socialista, Arminda Próspero. Inscrita no PS desde 1975, esta camarada afirma depositar muita esperança no futuro do nosso partido, porque, explica, “temos um líder competente e corajoso, com muito para dar”. Membro do Secretariado da Secção de Campo de Ourique, não poupa nos elogios ao trabalho “notável” desenvolvido pela Concelhia de Lisboa, que “tem motivado e mobilizado” os militantes.



“Aderi ao PS, em Fevereiro de 1975, por influência de uns primos, e porque naturalmente sempre me identifiquei com os ideais socialistas”, começa por recordar Arminda Próspero, acrescentando que se inscreveu na Secção de Alvalade, onde chegou a ser funcionária durante dois anos.

Desfiando as memórias dos seus primeiros tempos de militante, refere que este período foi de “grande dedicação e empenhamento para fazer do PS um grande partido popular, profundamente enraizado na sociedade”, que nos permitiu, frisa, “fazermos grandes manifestações de rua contra a tentativa de instalar em Portugal um regime totalitário de esquerda”.

“As manifestações em frente ao ‘República’, em defesa da liberdade de imprensa, o inesquecível comício da Alameda, decisivo para o fim do gonçalvismo, o comício do Terreiro do Paço de apoio a Pinheiro de Azevedo, onde apesar dos incidentes ninguém arrou pé, as colagens de cartazes que se prolongavam por vezes pela madrugada e a ajuda na preparação de vários congressos nacionais, são algumas acções em que participei com muito orgulho e dedicação e de que guardo gratas recordações”, afirma.

Esta camarada, que se classifica como uma “socialista de alma e coração”, e “uma militante de base sempre pronta para colaborar e ir à luta onde for preciso”, aponta a sua passagem como funcionária da Fundação Antero de Quental, de 1979 a 1989, como uma “experiência muito gratificante a nível pessoal e político”, porque, entre outros aspectos, “permitiu-me um contacto com a realidade das autarquias”.

Depois de militar na Secção de Alvalade,

Arminda Próspero transita para a Secção de Campo de Ourique, onde pertence actualmente ao Secretariado, que, refere, tem “realizado um bom trabalho de mobilização dos militantes”. Esta camarada não poupa ainda elogios à

Concelhia de Lisboa, “que, para além dos debates e outras iniciativas que tem realizado, tem sabido motivar os militantes e dinamizar as secções de residência”.

Sobre a passagem recente do PS pelo

Governo, diz que o balanço é “globalmente positivo”, destacando as políticas activas de emprego, o apoio aos idosos, o crescimento económico e a entrada no euro.

Amante de Lisboa, “uma cidade sem igual”, afirma viver os seus problemas de uma forma muito particular. Por isso, é com alguma ponta de emoção que lamenta a derrota da coligação de esquerda nas últimas eleições autárquicas. “João Soares, um grande autarca, fez um bom trabalho, tinha obra feita, desde o arranjo Rossio, até aos jardins e bairros sociais”, refere.

Apesar dos últimos desaires eleitorais, autárquicas e legislativas, Arminda Próspero tem muita confiança no futuro do PS. “Temos um líder competente e corajoso, com muito para dar ao PS e ao País”, afirma, acrescentando que gostou muito do último Congresso, “onde houve um grande apoio à liderança de Ferro Rodrigues, com excelentes intervenções políticas, em especial as do camarada Manuel Alegre”.

Dos dirigentes do PS com quem privou de perto ao longo de quase três décadas de militância, Arminda Próspera faz questão de mencionar Jorge Campinos, Edmundo Pedro, José Lamego, Rui Cunha e Francisco Calheiros, “grandes personalidades humanas e políticas”.

J. C. CASTELO BRANCO



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
“Jangada de Pedra”

Autor
José Saramago

Filme
“Titanic”

Músico
Rão Kyao

RELATÓRIO DE ELISA DAMIÃO

UNIÃO REFORÇA DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS DA VIDA E BIOTECNOLOGIAS

As políticas europeias no domínio das ciências da vida e da biotecnologia terão no futuro um quadro legal e uma coerência maior com a aprovação do relatório da eurodeputada Elisa Damião, que por motivos de doença de que se encontra a recuperar, foi apresentado por Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu.

Carlos Lage começou por saudar a sua colega de bancada Elisa Damião e explicar os motivos da sua ausência, salientando os seus méritos como parlamentar e o facto de ter acompanhado o relatório a par e passo, razão pela qual “tem com toda a legitimidade o seu nome”.

Carlos Lage descreveu o contexto cultural, político, jurídico e económico em que se inscrevem os objectivos traçados no relatório, considerando que as biotecnologias fazem hoje parte das tecnologias do futuro. Segundo afirmou, o potencial desenvolvimento das biotecnologias deixa entrever para os próximos anos enormes alterações nos mercados do medicamento, da alimentação, da agricultura e do ambiente. “Todavia – afirmou – estas tecnologias, nas suas aplicações práticas, suscitam interrogações éticas e filosóficas que se inscrevem doravante na cultura do nosso tempo”.

Apesar da União Europeia se ter dotado, ao longo dos últimos anos, de um vasto conjunto de regulamentos e directivas no âmbito das biotecnologias e das ciências, não existe uma verdadeira perspectiva de conjunto, nem uma visão global e sistémica do sector. É uma manta de retalhos, como lhe chamou Carlos Lage, num



contexto em que existe legislação aprovada que não é aplicada, outra que sofreu derrogações e até moratórias, e em que existem ainda numerosas lacunas.

“Os Estados Unidos vão claramente à frente neste domínio”, considerou, salientando a necessidade de recuperar estas desvantagem, designadamente através da implementação dos

objectivos traçados na Cimeira de Lisboa, que estabeleceu uma meta ambiciosa para a União atingir na próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo.

“Como conseguir este objectivo sem uma aposta europeia forte nas biotecnologias?”, interrogou-se o eurodeputado, lembrando que

a Europa está a ficar para trás em relação aos Estados Unidos. Enquanto a União Europeia tem 1570 empresas que empregam 61 mil trabalhadores que produzem um volume de negócios de 42 mil milhões de euros, os Estados Unidos têm 1263 empresas onde trabalham 162 mil pessoas, que produzem o equivalente a 365 mil milhões de euros.

É neste contexto de desvantagem competitiva da União Europeia que Elisa Damião, em declarações recentes ao “Acção Socialista”, considerou fundamental que haja uma protecção europeia à indústria que faz investigação, que se promova a mobilidade dos investigadores no espaço comunitário e, sobretudo, que se criem as condições para eles desenvolverem o seu trabalho em função dos ambiciosos objectivos traçados, impedindo assim que os Estados Unidos “cace” os cérebros mais brilhantes.

O plano de acção constante do relatório de Elisa Damião para promover a estratégia europeia para as ciências da vida e a biotecnologia incide essencialmente sobre seis áreas: apoio à comunidade biotecnológica, protecção do consumidor, de forma a que os cientistas, as empresas, a Comissão Europeia e os Estados-membros proporcionem uma escolha informada sobre os produtos da biotecnologia, criação de um quadro jurídico baseado em conhecimentos biotecnológicos que, entre outras coisas, impeça a fuga de inventos e de investigadores, o reforço da cooperação internacional, um apoio decidido à investigação e desenvolvimento e a aposta numa educação e mão de obra altamente especializada.

MÁRIO SOARES RENUNCIA A NOVAS CANDIDATURAS

Mário Soares anunciou esta semana que pretende terminar o seu mandato no Parlamento Europeu, em Junho de 2004, não tencionando voltar a candidatar-se depois a nenhum outro cargo.

“Não estou disposto a mais mandatos, nem no Parlamento Europeu nem em parte nenhuma”, disse o ex-Presidente da República à margem de uma iniciativa organizada pela Associação Comercial do Porto.

“Acho que as pessoas têm um caminho, percorrem-no, e cumprem as coisas que têm a cumprir”, afirmou, acrescentando que chegou o momento de tratar dos seus próprios problemas.

“Escrever e levar por diante os trabalhos da Fundação” que tem o seu nome, são os principais objectivos a que se propõe depois de terminar o seu mandato no Parlamento Europeu.



SOCIALISTAS PEDEM RÁPIDA CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA

Os socialistas portugueses no Parlamento Europeu apelaram, na última sessão plenária de Estrasburgo, à rápida criação da Agência Europeia de Segurança Marítima, na sequência do afundamento do petroleiro *Prestige*, com consequências ambientais e económicas tão nefastas. Falando em nome dos eurodeputados do PS, Carlos Lage, que afirmou que o “desastre com o petroleiro constitui um verdadeiro mostruário do que não podia e não devia acontecer nos mares comunitários”, chamou a atenção para a necessidade de serem implementadas quanto antes as Directivas que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia têm vindo a desenvolver, de forma a que seja dada uma resposta rápida e eficaz a catástrofes desta natureza.

O plenário do Parlamento Europeu debateu e aprovou uma resolução que exige um inquérito para o apuramento de responsabilidades sobre o grave incidente que ocorreu na costa da Galiza. Entretanto, na sequência da aprovação daquela resolução, Carlos Lage faz parte da delegação de eurodeputados do PSE que entre os dias 28 e 30 visitarão as zonas da Galiza afectadas pela maré negra provocada pelo *Prestige*.

O grupo de eurodeputados, composto por membros das comissões de Ambiente, Transportes e Pescas do Parlamento Europeu e liderada pelo presidente do Grupo Parlamentar Socialista, Enrique Baron Crespo, terá uma série de encontros com representantes locais dos sectores das pescas e do turismo, bem como com organizações da sociedade civil e de defesa do ambiente.

Os socialistas europeus visitarão também a zona integrada na Rede Natura 2000.



MANUEL DOS SANTOS APRESENTA RELATÓRIO

PACTO DEVE PÔR CRESCIMENTO À FRENTE DA ESTABILIDADE

“Não faz sentido haver um Pacto que privilegie a estabilidade e ponha de parte o crescimento. O melhor incentivo para a consolidação das finanças públicas ainda é o investimento, sem o qual não há crescimento”, considerou o eurodeputado Manuel dos Santos, que esta semana apresentou na Assembleia da República, na Comissão parlamentar de Economia, presidida por João Cravinho, o seu relatório sobre as finanças públicas na União Europeia em 2001.

A importância deste relatório não decorre apenas do seu conteúdo, mas também do facto de estar na ordem do dia na União Europeia a discussão sobre a interpretação dos critérios do PEC, sobretudo depois de alguns países como a Alemanha, Itália e Portugal terem apresentado desequilíbrios nas suas contas públicas (a que se poderá agora seguir a Espanha). Foi neste contexto que surgiram as declarações do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, considerando que as regras do Pacto, por serem rígidas, eram estúpidas, alargando assim o debate e provocando até uma divisão entre aqueles que se mantinham fiéis à aplicação estrita das regras do PEC, e os que defendem uma interpretação mais inteligente, isto é, mais flexível, tendo em conta outros factores que não os meramente aritméticos.

“Tendo em conta a importância do investimento no crescimento, o facto do PEC levar a uma política em que os défices são reduzidos com

base nos cortes na despesa destinada ao investimento público, revela a necessidade urgente de um ajustamento das regras. Existe um perigo iminente de redução do potencial de crescimento por se negligenciar o investimento público”, afirma o relatório.

Manuel dos Santos refere especificamente no seu relatório a necessidade de serem adoptados critérios mais sofisticados para a aplicação do Pacto, de forma a que ele se torne efectivamente um instrumento mais eficaz na promoção da estabilidade e do crescimento. Entre estes novos critérios para a leitura do Pacto, o eurodeputado considera importante que sejam levados também em consideração a

inflação, o emprego, a dívida pública, os encargos financeiros decorrentes do envelhecimento da população e a qualidade do investimento público.

A consideração da qualidade da despesa pública é um dos critérios mais significativos, sendo todavia necessário que se defina ainda com mais precisão aquilo que pode ser considerado investimento de “qualidade”. No entanto, considera que “a despesa pública pode ser considerada de “grande qualidade” se der um contributo positivo para que sejam alcançados os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa, que são os de tornar a União Europeia na economia baseada no conhecimento mais

dinâmica e competitiva do mundo, com pleno emprego e o reforço da coesão económica e social e com sustentabilidade ambiental”.

O eurodeputado deu também um ênfase particular aos investimentos ligados ao cofinanciamento de projectos comunitários, que deveriam ter um tratamento diferente para efeitos do cálculo das contas públicas, sendo também integrados na definição de “qualidade”.

Nos considerandos do relatório refere-se que o ano de 2001 foi muito difícil para toda a União e que o défice na zona euro foi quase o dobro do verificado em 2001, tendo passado de 0,7 para 1,3 do PIB. Não obstante as dificuldades, os mecanismos de supervisão, nem por isso deixaram de funcionar.

Manuel dos Santos, apesar de não querer aprofundar o tema, considerou, no entanto, que a abordagem feita pelo Governo português das finanças públicas não foi a mais adequada e que, se não fossem os desequilíbrios orçamentais da Alemanha, França e Itália, “Portugal estaria hoje metido numa camisa de onze varas”. Neste contexto, salientou haver dúvidas sobre a fiabilidade das informações estatísticas de Portugal e criticou a alteração das regras de cálculo do défice, que estão na origem de todo o problema e dos reparos da Comissão Europeia. Defendeu, assim, uma harmonização daquelas regras não só no espaço comunitário, mas também em cada país, de forma a que elas não sejam alteradas ao sabor dos governos.

O relatório de Manuel dos Santos, relativamente a qual se dispôs a aceitar propostas de alteração dos deputados das várias forças políticas do parlamento nacional, será, eventualmente, aprovado na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu em 21 de Janeiro e depois na sessão plenária de Março.

P.P.

JEAN-PAUL FITOUSSI EM “CONCORDÂNCIA TOTAL”

O reputado economista francês Jean-Paul Fitoussi, um dos críticos do Pacto e Estabilidade e Crescimento, que ainda recentemente esteve em Portugal, manifestou a sua “concordância total” com a análise do relatório de Manuel dos Santos num parecer que sobre ele emitiu para apoio dos serviços comunitários.

O economista centra as suas propostas de reforma no critério da dívida, no défice estrutural e no investimento público, manifestando assim a necessidade de se ultrapassarem as interpretações demasiado centradas no défice estrutural.

Na sua opinião, os países com uma dívida pública superior a 60 por cento do PIB deveriam ter um défice mais baixo, mas “positivo” durante o período de transição, o que se justifica com o facto de, por exemplo, dois países com uma dívida pública idêntica relativamente ao PIB poderem estar numa situação completamente diferente quanto a infraestruturas e serviços públicos.

Por outro lado, considera que as leituras demasiado centradas no défice estrutural obrigam os governos a implementar políticas fiscais restritivas, precisamente quando o crescimento é fraco, limitando assim, ou mesmo impedindo, o funcionamento automático dos estabilizadores fiscais. Na medida em que a despesa corrente, como os salários do sector público ou os subsídios de desemprego são geralmente fixados antecipadamente, o Governo é muitas vezes forçado a reduzir o investimento público – a parte mais flexível do orçamento – para cortar no défice. “O que pode ser particularmente indesejável, sobretudo em clima de desaceleração económica”, afirma. Quanto ao investimento público, as áreas que deveriam ficar fora dos défices estruturais seriam definidas pelo Conselho Europeu, embora fizesse todo o sentido que fossem privilegiadas aquelas que se inserem nas prioridades políticas da União, como a implementação das redes transeuropeias de transportes, investigação e desenvolvimento, educação e novas tecnologias.

P.P.

HELENA TORRES MARQUES

BANCOS COBRAM ILEGALMENTE TAXAS SOBRE DÉBITOS E CRÉDITOS



Há bancos portugueses que não estão a cumprir o regulamento comunitário que exime de pagamentos de qualquer taxa as operações de crédito e de débito, até 12.500 euros, apesar de estar em vigor desde 1 de Julho de 2002, denunciou a eurodeputada Helena Torres Marques na Assembleia da República, numa reunião da Comissão parlamentar de Economia. A eurodeputada pediu ajuda aos deputados portugueses no sentido de serem feitas

diligências para que se ponha cobro a esta situação que penaliza os consumidores, designadamente todos aqueles que viajam e levantam dinheiro nas caixas multibanco.

E a resolução deste problema é tanto mais importante quanto já a partir de Janeiro de 2003 aquele regulamento será também aplicável às transferências bancárias, que são uma das principais formas de operar, por exemplo, das PME.

O presidente da Comissão parlamentar de Economia, João Cravinho, foi receptivo à solicitação e disse que, na medida em que dentro em breve será ouvido o Governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, ele será instado a pronunciar-se sobre se há ou não vazio legislativo nesta matéria. Por outro lado, ficou também decidido que aquela Comissão pedirá esclarecimentos à ministra das Finanças.

PROJECTO DO PS APROVADO

ALARGADA RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO FACE AOS CIDADÃOS

O Parlamento aprovou, por unanimidade, um projecto do PS que alarga a responsabilização do Estado por danos causados a cidadãos e sujeita empresas privadas, com concessões estatais, a serem julgadas pelo direito público. O deputado do PS Jorge Lação apresentou o projecto de lei dos socialistas, lembrando que, actualmente, o dever de indemnização do Estado não cobre casos considerados "especiais ou anormais", o que torna difícil

ao lesado receber a sua indemnização. Entre outras situações que poderão exemplificar esses casos especiais, pode apontar-se a tragédia ocorrida em Entre-os-Rios, em 2001, com a queda da ponte Hintze Ribeiro, onde se tornou difícil identificar o agente do Estado responsável pelos danos causados. Segundo o diploma do PS, mesmo sendo difícil apurar a culpa individual de um agente do Estado por um acto causador de danos, nem



por isso a Administração Pública deixará de ser responsabilizada. De acordo com o projecto socialista - aprovado na legislatura passada na generalidade, mas que depois caiu com a demissão do executivo de António Guterres -, a responsabilidade

do Estado é alargada a decisões injustas provocadas por erros judiciais e à não realização de justiça em tempo útil, aspecto que já motivou várias condenações ao Estado Português no Tribunal Europeu de Justiça. No entanto, um dos pontos mais importantes do projecto de lei do PS relaciona-se com o fim da possibilidade de empresas privadas, à qual o Estado tenha concessionado a exploração de uma determinado serviço, passar a ser julgado à luz do Código Civil. Com a aprovação deste diploma, os agentes privados com concessões estatais passam a ser julgados pelo direito público - uma medida que se aplicará a hospitais com gestão privada e às auto-estradas com sistema de SCUT. "Será admissível que o mesmo dano causado tenha um sistema mais garantístico para o cidadão se acontecer no Hospital de Santa Maria (público), do que num hospital com gestão privada", questionou Jorge Lação, referindo estar em causa "o princípio da igualdade perante a lei".

JUSTIÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

SOCIALISTAS QUESTIONAM EXECUTIVO

Fernando Cabral e Pina Moura entregaram requerimentos na mesa da Assembleia da República dirigidos ao Governo sobre justiça, educação e saúde. Os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda dirigiram à ministra da Justiça um pedido relativo à situação dos funcionários dos centros educativos do Instituto de Reinserção Social, nomeadamente do centro educativo do Mondego.



Para os parlamentares socialistas, a diminuição do número de trabalhadores "porá em causa o normal funcionamento do centro educativo do Mondego, com graves consequências para os jovens aí internados". Perante este cenário, os signatários querem saber quais as razões que levaram o Ministério da Justiça a diminuir os funcionários dos centros educativos. No caso da tutela rever a actual situação os deputados do PS questionam o normal funcionamento desses centros. Num outro requerimento, os deputados solicitam informações ao Executivo sobre o Centro da área Educativa do distrito (CAE) onde estão em causa os "desentendimentos" entre o coordenador e o subcoordenador, o que traz graves prejuízos para a eficácia dos serviços.

Os deputados do PS questionam o ministro da Educação sobre se tem ou não conhecimento desta situação, e em caso afirmativo que medidas já tomou, ou pensa vir a tomar para que o CAE da Guarda funcione com a normalidade desejada pela comunidade educativa. Fernando Cabral e Pina Moura relembram que o "mal estar" entre os dirigentes do CAE já levou a que os presidentes das Concelhias do PSD e do PP se pronunciassem publicamente sobre este assunto, num autêntico "lavar de roupa suja" na "praça pública". Um acidente ocorrido no concelho de Trancoso e a demora na assistência às vítimas motivou novo requerimento de Fernando Cabral e Pina Moura.

Uma das razões invocadas para esta demora, deriva do facto do helicóptero do INEM mobilizado para o transporte do doente ter sido deslocado do Porto, situação que os socialistas consideram "estranha", uma vez que o INEM possui meios para o efeito em Santa Comba Dão, que demoram muito menos tempo para efectuar o transporte entre a Guarda e Coimbra. Perante esta informação, os parlamentares socialistas requerem ao ministro da Saúde esclarecimentos sobre as razões que levaram o INEM a mobilizar, para o citado acidente, o helicóptero localizado no Porto em vez daquele que está sediado em Santa Comba Dão. Por último, os deputados socialistas querem saber se o Governo pensa alterar o modo de funcionamento do INEM, nomeadamente na possibilidade de os helicópteros, quando se justificar e for possível, efectuarem as transferências de doentes directamente dos locais de acidente para os hospitais.

INSTITUTO DO CINEMA AUDIOVISUAL E MULTIMÉDIA MOTIVA REQUERIMENTO

A situação do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) motivou um requerimento de um grupo de deputados socialistas que estão preocupados com a "ruptura financeira e indefinição do futuro" deste organismo.

"Estamos preocupados com a situação geral do audiovisual devido aos problemas de crise financeira, por um lado, e queremos perceber as intenções do ministro para este sector, nomeadamente em termos de futura legislação", referiu Manuela de Melo, a primeira subscritora do documento. Os deputados socialistas querem saber exactamente quais os valores actuais dos débitos das empresas de televisão ao instituto, que têm sido avaliados entre 10 e 12 milhões de euros (cerca de dois milhões de contos). Por outro lado, querem ver esclarecidas as responsabilidades assumidas pelo ICAM referentes ao apoio da produção cinematográfica, e as consequências dos cortes orçamentais que o Ministério das Finanças determinou. Pretendem ainda explicações sobre a "controvérsia que envolveu a substituição da direcção do ICAM", nomeadamente em relação à nomeação, já com o actual Governo, de um dos vice-presidentes, José Pedro Ribeiro, que depois se demitiu, regressando posteriormente à direcção do organismo. O PS quer ainda conhecer as directrizes traçadas pelo Ministério da Cultura para o ICAM, a sua articulação com o perfil da nova direcção - liderada por Elísio Cabral de Oliveira em substituição de Pedro Berhan da Costa -, e a relação entre a actividade da direcção do instituto e o grupo que prepara actualmente uma proposta de lei para o cinema e audiovisual. Entretanto, face à crise que atinge o sector do audiovisual, os produtores de cinema têm defendido a aplicação de um plano de emergência para acudir ao que classificam de "paralisação" dos projectos do cinema português em consequência da crise.

ALBERTO MARTINS APRESENTOU "RELATÓRIO" AO INQUÉRITO DA PJ

O deputado socialista Alberto Martins apresentou formalmente o documento aprovado pelos deputados da oposição pertencentes à extinta Comissão Parlamentar de Inquérito actos do Governo na Polícia Judiciária.

Segundo Alberto Martins, o texto foi elaborado com base nas actas da audição pela primeira comissão da ministra da Justiça, do director da Polícia Judiciária e dos ex-directores adjuntos da PJ, Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes. Alberto Martins salientou que "por respeito do dever de sigilo e pelo segredo de justiça as actas da comissão de inquérito não foram usadas". Para o deputado socialista, trata-se de "um roteiro de leitura com as "dúvidas" e a "articulação de factos" que se colocaram aos deputados da oposição. Alberto Martins afirmou ainda que os parlamentares presentes na reunião assumiam a "responsabilidade e o risco" de avançar com um documento destes e garantiu que "a maior parte das questões "levantadas pela oposição ficará resolvida com a divulgação das actas da comissão, solicitadas pelo PSD e CDS".

Não é por acaso que é com algum pudor, e com uma timidez pouco habitual, que os empresários criticam as propostas de Bagão Félix (críticas que permitem ao ministro aparecer como o rosto da equidistância e da moderação), ao mesmo tempo que a verdadeira negociação se faz entre o Governo e os sindicatos.

... MAS NEGOCIAR O QUÊ?

Como já aqui escrevi, o projecto de Código do Trabalho apresentado pelo Governo assenta numa visão desequilibrada do mundo laboral, em que se procura a competitividade da economia em favor da liberdade dos mais fortes e em prejuízo da parte mais fraca. Não é assim em apenas alguns pontos, ou apenas parcialmente, mas sim na orientação global das propostas apresentadas. Muito pontuais, na maior parte dos casos parciais e não raro apenas simbólicas, são as cedências que têm vindo a ser feitas pelo Governo, de forma localizada e a conta-gotas, sob pressão da opinião pública.

É neste contexto que, num gesto magnânimo, o Governo decidiu alargar os prazos de discussão da sua proposta de Código do Trabalho. Fez bem em fazê-lo.

Não porque tão generoso adiamento represente, na verdade, qualquer alteração de fundo nos termos em torno dos quais está a ser feita a discussão. Nem sequer porque daí possa advir qualquer ganho significativo no que toca aos objectivos que deveriam estar subjacentes à discussão de uma lei que é fundamental para definir o tipo de sociedade em que vivemos.

O Governo fez bem, fundamentalmente, pelas más razões. É que este adiamento serve, na perfeição, a sua bem sucedida estratégia de simulacro de um esforço de consensualização, em sede de concertação social e fora dela. Não é por acaso que é com algum pudor, e com uma timidez pouco habitual, que os empresários criticam as propostas de Bagão Félix (críticas que permitem ao ministro aparecer como o rosto da equidistância e da moderação), ao mesmo tempo que a verdadeira negociação se faz entre o Governo e os sindicatos.

Neste difícil contexto, em que estão em causa questões tão delicadas e em que existe uma maioria absoluta que garante que esta iniciativa do Governo não deixará de ter efeitos paráticos, é louvável o sentido de diálogo revelado por uma das centrais sindicais ao optar por deixar esgotar todos os prazos e vias para a aproximação de posições com o Governo antes de optar por formas mais duras de contestação. No entanto, esta opção tem vários, e muito sérios, problemas de fundo.

Em primeiro lugar, a proposta inicial do Governo era de tal modo desequilibrada, que quaisquer cedências que viessem a ser feitas dificilmente seriam suficientes para tornar aceitável a versão final do Código de Trabalho. Como se está a ver.

Uma negociação, sobretudo no quadro da concertação social, só faz sentido quando as várias partes têm possibilidades objectivas de obter resultados que satisfaçam, pelo menos em parte, os interesses que representam. Isso implica a existência de uma base negocial aceitável. Implica que todas as partes estão de boa fé no processo. Implica que existe uma efectiva vontade de aproximação entre as posições divergentes em cima da mesa. Implica que o esforço de concertação do Governo não se limita cedências tácticas num tabuleiro de jogo que se encarregou de, à partida, viciar irremediavelmente.

Nada disto se parece verificar. Logo, insistir em participar num processo negocial cujos termos foram desde o início inaceitáveis, e até vagamente insultuosos, tem consequências sérias.

Antes de mais, e numa perspectiva puramente pragmática, não faz muito sentido deixar esgotar os prazos de diálogo e negociação.

Se a ideia é mesmo negociar, então é agora, não mais tarde, o tempo de mostrar publicamente um profundo descontentamento perante o conteúdo de algumas das propostas que continuam em cima da mesa. Mudar de forma significativa os termos da discussão tem, forçosamente, ser uma condição para qualquer possibilidade de acordo de concertação nesta matéria.

Além disso, é fundamental não contribuir para a legitimação do autêntico simulacro de concertação social e de moderação que, com a discreta ajuda dos empresários (nem era necessário mais), Bagão vem levando a cabo. Ora, é esse o efeito que, objectivamente, uma postura excessivamente moderada nestas matérias terá em todo o processo.

E há ainda uma outra consequência, esta no plano da imagem pública do sindicalismo, que é fundamental ter em conta quando está em causa a sua

sustentabilidade, em especial entre os mais jovens, e quando muitos se atrevem a questionar a legitimidade da representação que lhe está subjacente. No actual clima de profunda incerteza e pessimismo, que se tornam generalizados entre os trabalhadores e as classes médias, será dificilmente compreensível para milhões de pessoas que, perante as aviltantes propostas do Governo, não haja maior firmeza na rejeição do Código de Trabalho em discussão.

Haverá, com certeza, excelentes razões não se aderir a uma greve geral – cuja ocorrência não pode, por sua vez, ser uma decisão de ânimo leve. Mas é preciso ter também em conta os sinais que a decisão de não aderir dá àqueles que o sindicalismo representa, e de maneira mais geral para a opinião pública. Será esta a mensagem mais adequada? Será este o sinal que milhões de pessoas, mais do que esperar, necessitam?

P.S. Enquanto o Governo centra o seu discurso da competitividade e da produtividade, de forma mais do que falaciosa, na discussão da legislação laboral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista põe em prática um conjunto de iniciativas sobre “Novas políticas para a Competitividade”. É uma iniciativa louvável a vários títulos. Desde logo, pela qualidade dos participantes e porque recoloca o debate da competitividade como uma questão multifacetada e que se joga em vários planos. Mas sobretudo porque dá ao PS a iniciativa de que o país precisa, reflectindo com qualidade e de forma aprofundada sobre políticas positivas para desafios fundamentais a que o Governo, manifestamente, não é capaz de responder.



MIGUEL CABRITA



LISBOA**SOCIALISTAS CONTESTAM
DECLARAÇÕES DE SANTANA LOPES**

Os vereadores socialistas na Câmara Municipal de Lisboa contestaram, durante a reunião do Executivo, as declarações feitas pelo presidente da autarquia, Santana Lopes, sobre a construção do Corte Inglês.

Os socialistas alegaram que os direitos de superfície sobre os terrenos foram cedidos por Krus Abecasis, acrescentando que "se a câmara está agora confrontada com um pedido de indemnização de milhões de euros, como disse o actual presidente, isso deve-se a uma decisão da coligação PSD/CDS que governava a cidade em 1988". O licenciamento do Corte Inglês, afirmam, foi feito no âmbito do plano de pormenor do Alto do Parque Eduardo VII, "o qual foi aprovado pela câmara, esteve em discussão pública e foi aprovado pela Assembleia Municipal".

Recorde-se que Santana Lopes afirmou que a autarquia estava a responder em tribunal por causa das decisões de Jorge Sampaio, quando este ocupava o lugar de presidente da câmara, que levaram à construção daquele espaço comercial.

BRAGANÇA**FEDERAÇÃO CONTRA EXTINÇÃO
DOS SERVIÇOS DOS CTT**

Os socialistas de Bragança denunciam a extinção da direcção comercial dos CTT de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A transferência destes serviços para o Porto motivou a reacção da Federação de Bragança do PS, tendo em comunicado sublinhado que este facto "acarretará uma nítida perda da qualidade de serviço dos correios na região e fará com que desapareçam do distrito mais umas dezenas de postos de trabalho".

"Esta é mais uma atitude inqualificável do actual Governo para com os transmontanos, de particular desprezo para com a cidade de Bragança", acusaram, acrescentando que esta decisão é contrária "à prometida discriminação positiva, necessária para o interior do País em relação ao litoral".

Os socialistas de Bragança recordam ainda que "no tempo em que foi Governo, o PS criou vários serviços públicos no distrito e nunca extinguiu nenhum", ao contrário do que vem acontecendo desde que o PSD chegou ao poder.

VILA FRANCA DE XIRA**EXECUTIVO CAMARÁRIO
APROVA ORÇAMENTO**

O orçamento da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para 2003 será de 87,7 milhões de euros, pouco mais de três milhões de euros relativamente a 2002.

Uma das maiores fatias do orçamento da autarquia irá para o desenvolvimento do Plano Especial de Realojamento (PER), no âmbito do qual está previsto um investimento de cerca de 9,1 milhões de euros. Na construção de habitação a custos controlados, o município prevê gastar mais de 1,3 milhões de euros. Para as obras a realizar no âmbito do Programa Polis está previsto um investimento de cerca de 4,2 milhões de euros, enquanto para o Programa PROQUAL estão reservados cerca de 2,2 milhões de euros.

Na realização das obras finais das Áreas Urbanas de Génesis Ilegal e a continuação do trabalho de legalização das mesmas, a autarquia prevê investir em 2003 cerca de 3,4 milhões de euros.

O apoio ao movimento associativo, nomeadamente às associações de bombeiros e colectividades, representará um investimento de cerca de 5,8 milhões de euros, enquanto na conservação e preservação das quintas municipais será gasto mais de um milhão de euros.

Um milhão e trezentos mil euros é o investimento a realizar durante o próximo ano na modernização administrativa dos serviços da autarquia, incluindo a formação de funcionários, melhoria de instalações e aquisição de novos meios.

No final da apresentação destes documentos, a presidente da autarquia Maria da Luz Rosinha reconheceu que estes não são os planos de investimentos e actividades municipais que gostaria de ter mas os possíveis.

MORREU JOÃO ROSADO CORREIA

Vítima de ataque cardíaco, faleceu João Rosado Correia, ex-ministro do Equipamento Social do Governo do Bloco Central liderado por Mário Soares.

Reagindo com surpresa, Mário Soares manifestou "muito desgosto" pela morte inesperada do seu antigo ministro e camarada de partido, que classificou como uma "figura importante" e um "homem generoso e com grande espírito cívico".

Arquitecto de profissão, doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa, foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL) entre 1994 e 1998.

Natural de Avis, Rosado Correia, que contava 63 anos, esteve no Governo como ministro entre 1983 e 1985, tutelando o Equipamento Social, as Obras Públicas, Transportes e Comunicações, participou activamente nos movimentos estudantis de 1962 e 1969, foi membro da Comissão Política do PS, vereador da Câmara Municipal do Porto e deputado à Assembleia da República.

NOVA EDIÇÃO

QUESTÕES EUROPEIAS

PORTUGAL SOCIALISTA

Já disponível em

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/>

O projecto de lei do PS pretende, desde logo, organizar a legislação dispersa e lacunar em vigor. Mas visa, sobretudo, mobilizar crescentemente a sociedade portuguesa para este combate. Sabemos que o branqueamento de capitais não se combate pela forma tradicional de repressão da criminalidade, isto é, pelo uso exclusivo de investigadores e de polícias. Combate-se com a construção de uma rede de profissionais da sociedade civil que, no exercício das suas funções quotidianas, estejam permanentemente preparados e atentos a eventuais operações de branqueamento.

O PS apresentou na semana passada um projecto de lei que dá expressão à sua posição sobre a forma e as medidas que devem ser assumidas para enfrentar o branqueamento de capitais. Fê-lo em cumprimento de um dever para com os cidadãos e para com o Estado de Direito. O bastonário da Ordem dos Advogados entendeu criticar o PS pelo facto de não o ter consultado previamente sobre esse mesmo projecto. Trata-se de uma posição que não pode ser aceite. O PS não é o Governo nem a Assembleia da República (AR). É o maior partido da oposição. Como tal deve assumir posições claras sobre todas as questões que se colocam à sociedade portuguesa, sem ter de as concertar previamente com ninguém, por mais relevante que seja, como sucede com a Ordem dos Advogados.

Naturalmente, apresentado o seu ponto de vista, mandam as regras da democracia e as exigências de eficácia que o PS procure os consensos necessários para que o seu projecto sobre branqueamento de capitais seja aprovado na AR e possa ser adequadamente cumprido pelos respectivos destinatários. Isso implica que, depois de apresentada a nossa posição e não antes, se construam as plataformas de entendimento com os outros grupos parlamentares e com as entidades exteriores à AR, entre os quais, óbvia e necessariamente, a Ordem dos Advogados.

Qualquer concepção que entenda que um grupo parlamentar, ou qualquer deputado, antes de apresentar uma iniciativa legislativa, a deve submeter à apreciação de quem quer que seja, é uma concepção de tutela da representação política que é totalmente inaceitável em democracia. E não há ameaças – veladas ou não –, e pressões que nos façam recuar um milímetro que seja dessa posição.

A lavagem de dinheiro sujo é um problema sobre o qual temos adquirido consciência crescente. No final da década de 80 do século passado contavam-se pelos dedos de uma mão os países que puniam essa actividade. Na década de 90 tornou-se evidente que o combate ao branqueamento de capitais é um dever de solidariedade para com as vítimas do crime, mas também para com o Estado de Direito. Com a globalização económica e financeira veio também a globalização do crime. A par das multinacionais planetárias vieram as organizações criminais internacionais. Estas organizações atingiram um grau de sofisticação na perpetração de crimes graves e violentos que desafia a capacidade de luta da comunidade internacional. Além disso, estas organizações dedicam-se a uma prática de lavagem do dinheiro obtido através do crime. A intenção é introduzir esse dinheiro nos circuitos

O COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO SUJO É UM IMPERATIVO DE CIDADANIA



VITALINO CANAS

legais. Com ele visam assumir posições no sistema financeiro e económico, às vezes até no sistema político e em sectores de charneira, como a Comunicação Social.

O que está em causa, por conseguinte, é a protecção do Estado de Direito, contra uma ameaça que cresce de dimensão. Os proventos deste tipo de criminalidade grave – tráfico de droga, de seres humanos e de armas, corrupção – são incalculáveis, ascendendo, seguramente a centenas de biliões de euros. Pela nossa parte, entendemos que este combate requer novos instrumentos e reforçado empenhamento.

O projecto de lei do PS pretende, desde logo, organizar a legislação dispersa e lacunar em vigor. Mas visa, sobretudo, mobilizar crescentemente a sociedade portuguesa para este combate. Sabemos que o branqueamento de capitais não se combate pela forma tradicional de repressão da criminalidade, isto é, pelo uso exclusivo de investigadores e de polícias. Combate-se com a construção de uma rede de profissionais da sociedade civil que, no exercício das suas funções quotidianas, estejam permanentemente preparados e atentos a eventuais operações de branqueamento.

O projecto do PS, aos funcionários do sistema financeiro, exploradores de casinos, comerciantes de objectos de luxo, conservadores dos registos e notários, agentes imobiliários, vem agregar novas categorias profissionais (advogados, solicitadores, pessoas que compram e vendem directamente sobre praticantes desportivos profissionais, funcionários de finanças) ao exército de cidadãos a quem pedimos que colabore no exercício de cidadania que é o combate à lavagem de dinheiro sujo. Resta-nos esperar que ninguém falte à chamada.

A ministra das Finanças diz que não cumprir o défice não é o "fim do mundo". Mas pode ser o fim da ministra ou, pelo menos, da credibilidade que lhe resta.

1. Se o Pacto de Estabilidade e Crescimento não é estúpido, a absolutização da questão do défice do Sector Público Administrativo corresponde a uma redução de âmbito e a um empobrecimento da análise da questão.

O que se pretendeu com o Pacto de Estabilidade celebrado entre os países europeus que preparavam a criação do euro foi garantir justamente as condições de equilíbrio financeiro e orçamental que pudessem assegurar um funcionamento minimamente correcto da futura zona monetária europeia. E é nesse contexto que se cria o Banco Central Europeu e o Sistema Europeu de Bancos Centrais. Mas desde logo se chamou também Pacto de Crescimento, porque a estabilidade monetária e financeira pretendida pelos sectores dominantes da União Europeia, só teria lógica se inserida num processo de garantir o crescimento económico europeu.

2. Sabe-se que a promoção do crescimento económico não assegura necessariamente um desenvolvimento solidário e harmonioso.

Neste contexto, o combate às assimetrias que a integração de economias de mercado de diferenciado grau de desenvolvimento agudiza, tem sido conduzido na União Europeia pela aplicação do conjunto dos Fundos Comunitários que visam nomeadamente minorar as dificuldades das periferias geográficas e económicas. Mas a utilização óptima das potencialidades de crescimento obrigaria a uma eficaz coordenação das políticas económicas ou, até à criação de um "governo económico" europeu como em França (nomeadamente pelos socialistas) tem sido defendido.

3. A compatibilização das necessidades de desenvolvimento económico com o equilíbrio orçamental e financeiro, numa conjuntura económica internacional difícil já levou ao adiamento de 2004 para 2006 da necessidade de se atingir o défice zero por parte dos diferentes países da zona euro. Entretanto, torna-se imperioso exigir que os critérios utilizados no cálculo do défice das contas públicas sejam idênticos, nos diferentes anos e nos diversos Estados integrantes da zona euro. Sabe-se que uma parte do défice de 2001, escolhido como 4,1 por cento pelo Governo (a partir da indicação do intervalo entre 3,6 por cento e 4,1 por cento do PIB pelo Banco de Portugal) foi devido a mudança de critérios. Sabe-se, por outro lado, que em diversos Estados da eurozona, nem sempre os critérios de cálculo do défice do SPA são completamente idênticos nem homogêneos.

4. Exigiram deputados socialistas, durante o debate (na Comissão Permanente da Assembleia da República) do relatório tripartido Banco de Portugal. Instituto Nacional de Estatística, Direcção Geral do Orçamento, que o Governo português procedesse às adequadas diligências para que se

A QUESTÃO DO DÉFICE

procedesse à necessária harmonização e completa homogeneização de critérios entre os países da eurozona. Até agora, não se tem conhecimento de que estejam a ser levadas a cabo pelo Governo as necessárias diligências nesse sentido.

5. Por outro lado, já deputados socialistas suscitaram na Assembleia da República a necessidade de aplicar às contas de 2002 os mesmos critérios que a Comissão liderada pelo Banco de Portugal aplicou, abrindo espaço para a subida do défice em 1 por cento do PIB relativamente aos valores que a Direcção Geral do Orçamento tinha calculado para 2001.

Não se tem visto grande entusiasmo na utilização dessa mesma metodologia nomeadamente por parte do Governo. Certamente que o Tribunal de Contas, o Eurostat e o próprio Banco de Portugal não se furtarão à necessidade de fazer comparações com critérios homogêneos.

6. Entretanto, o Governo tem demonstrado a maior dificuldade em cumprir o défice de 2,8 por cento do PIB orçamentado em Maio último para o corrente ano de 2002. Congela o investimento público, o que tem efeitos nefastos na economia nacional. Procura adiar despesas e lançar a contabilização de outras para 2003. Depois de ter procurado remeter para 2001 tudo o que pode deslocar.

7. Mas a economia, expulsa pela porta, regressa pela janela. A depressão que o Governo está a criar, diminuindo a criação de riqueza, dificulta as cobranças fiscais. O IRS, o IRC e o IVA estão longe de atingirem os valores previstos. Resta ao Governo avançar com vendas de redes de telecomunicações e de património edificado. O Governo aproxima-se do desespero. A ministra das Finanças diz que não cumprir o défice não é o "fim do mundo". Mas pode ser o fim da ministra ou, pelo menos, da credibilidade que lhe resta.



JOEL HASSE FERREIRA

A SEMANA PREVISTA

ACÇÃO SOCIALISTA
INFORMAÇÕES ÚTEIS

Terá amanhã lugar a primeira reunião do Secretariado Nacional do PS eleita na Comissão Política do passado sábado.

O secretário-geral do PS desloca-se dia 30, sábado, a Vila do Conde, onde vai participar num jantar-debate com militantes.

Para quinta-feira, 5 de Dezembro, está agendada a primeira reunião da Comissão Política Nacional com os presidentes das Federações e deputados europeus.

Termina no próximo dia 3 de Dezembro, o ciclo de seminários organizados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, subordinados ao tema "Novas Políticas para a Competitividade Neste dia estão previstos debates sobre "Emprego e Qualificações", "Aumentar a Produtividade: Estratégias dos Parceiros Sociais" e "A Legislação e a Regulação dos Mercados de Trabalho".

A Federação do Baixo Alentejo do Partido Socialista promove no sábado, em Castro Verde, um encontro distrital de executivos municipais.

No âmbito dos trabalhos do Gabinete de Estudos, realiza-se no próximo dia 4 de Dezembro uma reunião do grupo de trabalho sobre Comunicação Social, no Largo do Rato.

A Juventude Socialista apresenta hoje, quinta-feira, uma campanha pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

O "ACÇÃO SOCIALISTA" FAZ 24 ANOS NO PRÓXIMO SÁBADO.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

FEDERAÇÕES DO PS

ALGARVE
TEL 289 82 50 81 FAX 289 81 33 61

AVEIRO
TEL 234 42 83 35/12 / 13 FAX 234 42 83 35

BRAGA
TEL 253 21 76 36 FAX 253 61 66 32

COIMBRA
TEL 239 82 39 11 FAX 239 82 63 29

LISBOA
TEL 21 346 19 65 / 21 346 88 86
FAX 21 342 18 20 / 21 346 20 46

PORTO
TEL 226 05 19 80 FAX 226 05 19 89

SANTARÉM
TEL 243 32 15 44/5/6 FAX 243 32 25 44

SETÚBAL
TEL 265 22 79 98 FAX 265 23 02 90

VISEU
TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33

AÇORES - S. MIGUEL
TEL 296 28 64 91



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados